



COMPROVANTE DE ABERTURA

Processo: Nº 2518/2025 Cód. Verificador: FM1TW42W

Requerente: 523 - MUNICIPIO DE MARMELEIRO
CPF/CNPJ: 76.205.665/0001-01
Endereço: Avenida Macali Nº 255 **CEP:**85.614-068
Cidade: Marmeleiro **Estado:**PR
Bairro: CENTRO
Fone Res.: (46) 3525-8100 **Fone Cel.:** Não Informado
E-mail: administracao@marmeleiro.pr.gov.br
Assunto: SETOR DE LICITAÇÃO
Subassunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS
Data de Abertura: 07/11/2025 08:27
Previsão: 07/12/2025

Telefone Requerente

Celular: (46) 3525-8100

Documentos do Processo

Quantidade de Documentos:	0	Quantidade de Documentos Entregues:	0
---------------------------	---	-------------------------------------	---

Observação

O Departamento de Educação e Cultura requer autorização para processo de Inexigibilidade de Licitação, para a contratação da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola.

MUNICIPIO DE MARMELEIRO

Requerente

RICARDO FIORI

Funcionário(a)

Recebido



Marmeleiro, 07 de novembro de 2025.

Processo Administrativo Eletrônico nº 2518/2025

Requerimento nº 063/2025 - Departamento de Educação e Cultura

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1 – OBJETO:

Constitui objeto deste documento, a contratação da empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura, observadas as características e demais condições definidas neste processo e seus anexos.

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Justifica-se a contratação de empresa para ministrar pela priorização da qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento de nossos educadores por meio de formações atuais que venham de encontro às necessidades de nossos estudantes e professores. Tais formações desenvolvem novas habilidades e estratégias que acrescentam evolução pessoal e profissional, além da interação e troca proporcionada por estes momentos.

O Ministério da Educação tendo como objetivos a melhoria do processo educacional obriga a mantenedora a ofertar cursos de formação onde o professor pode aprofundar seus conhecimentos, revisar suas práticas, atualizar seu referencial com vista às diretrizes nacionais. Métodos e técnicas precisam ser bem aplicados e com grande fundamentação teórica para que o aluno e o educador possam ter sucesso na aquisição de uma comunicação eficiente. Para tanto, uma rede formada por profissionais bem preparados permitirá um maior comprometimento, ampliando a eficácia de novos métodos e sucesso na aprendizagem de nossos estudantes.

Sara do Vale é Doutora em Educação pela UFJF, Mestre em Educação Musical pela UnB, com graduação em Pedagogia e Música. Trabalha com formações continuadas de professores das Educação Infantil e dos Anos Iniciais a quase duas décadas, sendo referência nacional em cursos, palestras e consultorias. Ela também é compositora, artista da infância e uma das maiores vozes do Brasil na criação de conteúdos educativos e encantadores para crianças e professores, possuindo milhões de seguidores nas redes sociais.

Solicitamos que seja realizada uma Inexigibilidade de Licitação, conforme autoriza a alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021: *“III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a Inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal”*.

3 – ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Como forma de dar eficácia ao inciso IV do art. 6º, do Decreto Municipal nº 3.497/2024 quanto à estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referencias de contratações similares de outros órgãos da Administração Pública, sendo que o valor ficou em torno de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

4 – PREVISÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

Após a finalização dos tramites do processo e a publicação da homologação.

5 – GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Médio.





6 – VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO DFD:

A presente contratação não necessita nenhuma vinculação ou dependência com o objeto de outro Documento de Formalização de Demanda.

7 – FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

Inexigibilidade de Licitação.

8 – INDICAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DE CONTRATO:

8.1 – Fiscal de Contrato:

Mauro Fischer.

8.2 – Gestor de Contrato:

Helena Heckler.

Parágrafo Único: Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

9 – ENCAMINHAMENTO:

De acordo com o processo, encaminhe-se ao Departamento responsável para prosseguimento.

Helena Heckler
Gestora do Contrato
Diretora do Departamento de Educação e Cultura

Mauro Fischer
Fiscal do Contrato





Marmeleiro, 07 de novembro de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INTRODUÇÃO:

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Constitui objeto deste documento a contratação da empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

Justifica-se a contratação de empresa para ministrar pela priorização da qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento de nossos educadores por meio de formações atuais que venham de encontro às necessidades de nossos estudantes e professores. Tais formações desenvolvem novas habilidades e estratégias que acrescentam evolução pessoal e profissional, além da interação e troca proporcionada por estes momentos.

O Ministério da Educação tendo como objetivos a melhoria do processo educacional obriga a mantenedora a ofertar cursos de formação onde o professor pode aprofundar seus conhecimentos, revisar suas práticas, atualizar seu referencial com vista às diretrizes nacionais. Métodos e técnicas precisam ser bem aplicados e com grande fundamentação teórica para que o aluno e o educador possam ter sucesso na aquisição de uma comunicação eficiente. Para tanto, uma rede formada por profissionais bem preparados permitirá um maior comprometimento, ampliando a eficácia de novos métodos e sucesso na aprendizagem de nossos estudantes.

Sara do Vale é Doutora em Educação pela UFJF, Mestre em Educação Musical pela UnB, com graduação em Pedagogia e Música. Trabalha com formações continuadas de professores das Educação Infantil e dos Anos Iniciais a quase duas décadas, sendo referência nacional em cursos, palestras e consultorias. Ela também é compositora, artista da infância e uma das maiores vozes do Brasil na criação de conteúdos educativos e encantadores para crianças e professores, possuindo milhões de seguidores nas redes sociais.

Solicitamos que seja realizada uma Inexigibilidade de Licitação, conforme autoriza a alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021: “*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*”.

3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A presente contratação não está alinhada com o PCA, uma vez que o documento se encontra em fase de elaboração.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O objeto da contratação se enquadra no texto do Decreto Federal nº 10.818/2021, sendo descritos como comuns.





O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura.

A CONTRATADA deverá proporcionar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

A CONTRATADA deverá garantir requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento do objeto conforme edital durante toda a vigência do Contrato.

Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

O objeto será recebido definitivamente em prazo a ser definido no Termo de Referência, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

O CONTRATANTE reserva-se o direito de liberar a Nota Fiscal para pagamento, após o responsável pelo recebimento aferir a quantidade, qualidade e adequação dos itens entregues.

Sobre a CONTRATADA, a mesma deverá apresentar:

- Habilitação jurídica.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- Regularidade econômico-financeira.
- Comprovação técnica, caso necessário.
- Declaração unificada.

5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Item	Quant.	Unid.	Descrição
1	1	Formação	Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola com duração de 6 horas, sendo 3 horas no período da manhã e 3 horas no período da tarde.

A quantidade estimada refere-se à uma formação dos professores para o dia a ser indicado.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Como forma de dar eficácia ao inciso VII do art. 3º, do Decreto Municipal nº 3.498/2024 quanto à estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referenciais de contratações similares de outros órgãos da Administração Pública e valores de breve pesquisa de mercado, sendo que o valor ficou em torno de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

A pesquisa de preços definitiva embasada no Decreto Municipal nº 3.498/2024 será feita para conclusão do Termo de Referência onde se trata de procedimento indispensável à verificação de valores para precificar o valor referencial máximo aceitável.

7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Para o levantamento de mercado foram observados processos de outras entidades públicas e privadas. Vale ressaltar que o Levantamento de Mercado é uma etapa muito importante, pois é a oportunidade de que o Departamento de Educação e Cultura possui para avaliar as possibilidades de contratação de serviços. No Levantamento de Mercado, a análise foi realizada de forma minuciosa, para que não ocorram erros e para que o processo seja eficiente.

Vale ressaltar que ao fazer o levantamento de mercado, deve-se analisar o valor do serviço prestado dentre inúmeras empresas do ramo, para que não sejam valores superfaturados e inviáveis para a Administração Pública.

Atualmente possuem empresas suficientes para a prestação de serviço de formação, basta observar aquelas que se enquadram melhor no proposto pelo Departamento de Educação e Cultura, sendo que foi escolhida a empresa para as palestras, com base nas seguintes informações:





A escolha do prestador de serviços, a empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA foi devido à sua comprovada qualificação e expertise na área, fundamentada nas seguintes razões:

- Doutora Sara do Vale é graduada em Pedagogia e Música;
- Mestre em Educação Musical pela UnB;
- Doutora em Educação pela UFJF;
- Criadora do Método EnCANTO, registrado e disponibilizado em curso virtual, Sara desenvolveu uma abordagem inovadora que conecta a musicalidade e a ludicidade ao encantamento das infâncias;
- Já impactou milhares de professores em diversas escolas e municípios, conduzindo eventos com públicos que variam entre 30 e 600 profissionais;
- No campo artístico, Sara é escritora de dois livros infantis publicados (“As aventuras das gotinhas de chuva” – 2022 e “A encantadora de sons” – 2023), compositora de músicas para crianças e contadora de histórias;
- Apaixonada pelas infâncias, Sara do Vale acredita no potencial transformador da música e da ludicidade para o desenvolvimento integral da criança, dedicando-se a inspirar educadores e a encantar públicos com suas iniciativas inovadoras e sensíveis;
- Tese de doutorado em educação: “Práticas musicais na educação: investigando os hábitos em uma escola do DF”;
- Dissertação de mestrado: “A música na educação infantil no DF: Estabelecendo relações entre o currículo em movimento e o currículo de pedagogia da UNB”;
- Artigo – Revista da ABEM: “Um currículo em movimento: A música na formação de pedagogos e na educação infantil do DF”;
- “Professor Insubstituível” – Prêmio de Música no Festival DF Musical.

O valor apresentado à contratação do serviço, é de **R\$ 17.000,00** (dezessete mil reais), conforme proposta em anexo e notas fiscais comprobatórias, no qual mostra que a empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, pratica um preço compatível ao mercado. A CONTRATADA atende satisfatoriamente as necessidades da Administração Pública quanto ao objeto da contratação e sua essencialidade, singularidade e adequabilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, todos da Lei nº 14.133/2021.

Neste caso em específico deve-se considerar que o preço está adequado ao mercado levando-se em conta o deslocamento, hospedagem e alimentação para que a palestrante venha prestar seus serviços com a qualidade desejada. Sendo que nos casos acima mencionados, houve oferta de hospedagem e transfer a custeio do município.

Considerando que a prestadora era MEI e teve de fazer a alteração do CNPJ devido ao faturamento superior, não há outras notas emitidas neste CNPJ para fomentar a pesquisa. Porém, consta em sua proposta os valores de cada item que estão associados ao valor final de seus serviços.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Considerando a eficácia, a qualidade e a conveniência econômica e sabendo que a demanda do objeto é certa e previsível.

Diante da impossibilidade de competição em razão da exclusividade para prestação do serviço, a solução que se adequa as necessidades do departamento, é a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Considerando os pontos descritos, bem como toda a documentação apensa ao processo, conclui-se como viável a contratação da empresa apresentada.

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Esta contratação refere-se a serviços de natureza indivisível, o que justifica a escolha de não parcelar a solução.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

7

A presente contratação objetiva atingir os seguintes resultados:

- Suprir as necessidades do Departamento requisitante e manter o bom funcionamento.
- Garantir o fornecimento do objeto de primeira qualidade, prezando pela eficiência e sustentabilidade.
- Proporcionar, tanto para a Administração Pública, como para a empresa vencedora, o melhor custo-benefício possível.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

A presente contratação não necessita nenhuma providência prévia a celebração contratual.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada à natureza do objeto a ser contratado, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, da contratação de empresa para suprir as necessidades do objeto para atender o Departamento requisitante, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

15 – GERENCIAMENTO DE RISCOS:

Todo processo de licitação pode ocorrer alguns riscos e intercorrências durante o processo, sendo eles listados abaixo:

Helena Heckler
Diretora do Departamento de Educação e Cultura





Marmeleiro, 07 de novembro de 2025.

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

Constitui objeto deste Termo de Referência, para processo de Inexigibilidade de Licitação, a contratação da empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Formação	Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola com duração de 6 horas, sendo 3 horas no período da manhã e 3 horas no período da tarde.	17.000,00	17.000,00
Valor Total					17.000,00

Integra este Termo de Referência, o Anexo I – Pesquisa de Preços, com a estimativa de preços e preços referenciais.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021.

O objeto desta contratação é caracterizado como bens comuns, conforme disposto no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Justifica-se a contratação de empresa para ministrar pela priorização da qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento de nossos educadores por meio de formações atuais que venham de encontro às necessidades de nossos estudantes e professores. Tais formações desenvolvem novas habilidades e estratégias que acrescentam evolução pessoal e profissional, além da interação e troca proporcionada por estes momentos.

O Ministério da Educação tendo como objetivos a melhoria do processo educacional obriga a mantenedora a ofertar cursos de formação onde o professor pode aprofundar seus conhecimentos, revisar suas práticas, atualizar seu referencial com vista às diretrizes nacionais. Métodos e técnicas precisam ser bem aplicados e com grande fundamentação teórica para que o aluno e o educador possam ter sucesso na aquisição de uma comunicação eficiente. Para tanto, uma rede formada por profissionais bem preparados permitirá um maior comprometimento, ampliando a eficácia de novos métodos e sucesso na aprendizagem de nossos estudantes.

Sara do Vale é Doutora em Educação pela UFJF, Mestre em Educação Musical pela UnB, com graduação em Pedagogia e Música. Trabalha com formações continuadas de professores das Educação Infantil e dos Anos Iniciais a quase duas décadas, sendo referência nacional em cursos, palestras e consultorias. Ela também é compositora, artista da infância e uma das maiores vozes do Brasil na criação de conteúdos educativos e encantadores para crianças e professores, possuindo milhões de seguidores nas redes sociais.

Solicitamos que seja realizada uma Inexigibilidade de Licitação, conforme autoriza a alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021: “III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a Inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal”.

A quantidade estimada refere-se à uma formação dos professores para o dia a ser indicado.





A presente contratação não está alinhada com o PCA, uma vez que o documento se encontra em fase de elaboração.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

Considerando a eficácia, a qualidade e a conveniência econômica e sabendo que a demanda do objeto é certa e previsível.

Diante da impossibilidade de competição em razão da exclusividade para prestação do serviço, a solução que se adequa as necessidades do departamento, é a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Considerando os pontos descritos, bem como toda a documentação apensa ao processo, conclui-se como viável a contratação da empresa apresentada.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

De acordo com a previsão Legal (art. 74 da Lei nº 14.133/2021), a presente contratação se trata de uma Inexigibilidade de Licitação, uma vez que a contratação atende aos requisitos legais.

4.1. SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.





Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021).

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021).

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a(o) Ata de Registro de Preços/Contrato e seus anexos.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.





Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução dos serviços será de forma total e deverá ser entregue junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, após assinatura do Contrato, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratado.

O local da execução dos serviços será no Departamento de Educação e Cultura, localizado na Avenida Macali, nº 255, 2º andar, Centro, Cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, CEP: 8561-068.

O prazo para execução do objeto será **impreterivelmente no dia 03 de fevereiro de 2026, considerando o recebimento da Ordem de Compra por parte da CONTRATADA.**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

A CONTRATADA deverá proporcionar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

7.1. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido, conforme:

Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este





prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução do Contrato, será de responsabilidade do servidor, Sr. Mauro Fischer.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o Gestor do Contrato.

A gestão do presente Contrato ficará a cargo da Diretora do Departamento de Educação e Cultura, Sra. Helena Heckler.

Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

Caberá aos Gestores e Fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato, seguindo os preceitos do Decreto Municipal nº 3.500, de 05 de março de 2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de Inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese da alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

A escolha do prestador de serviços, a empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA foi devido à sua comprovada qualificação e expertise na área, fundamentada nas seguintes razões:

- Doutora Sara do Vale é graduada em Pedagogia e Música;
- Mestre em Educação Musical pela UnB;





- Doutora em Educação pela UFJF;
- Criadora do Método EnCANTO, registrado e disponibilizado em curso virtual, Sara desenvolveu uma abordagem inovadora que conecta a musicalidade e a ludicidade ao encantamento das infâncias;
- Já impactou milhares de professores em diversas escolas e municípios, conduzindo eventos com públicos que variam entre 30 e 600 profissionais;
- No campo artístico, Sara é escritora de dois livros infantis publicados (“As aventuras das gotinhas de chuva” – 2022 e “A encantadora de sons” – 2023), compositora de músicas para crianças e contadora de histórias;
- Apaixonada pelas infâncias, Sara do Vale acredita no potencial transformador da música e da ludicidade para o desenvolvimento integral da criança, dedicando-se a inspirar educadores e a encantar públicos com suas iniciativas inovadoras e sensíveis;
- Tese de doutorado em educação: “Práticas musicais na educação: investigando os hábitos em uma escola do DF”;
- Dissertação de mestrado: “A música na educação infantil no DF: Estabelecendo relações entre o currículo em movimento e o currículo de pedagogia da UNB”;
- Artigo – Revista da ABEM: “Um currículo em movimento: A música na formação de pedagogos e na educação infantil do DF”;
- “Professor Insostituível” – Prêmio de Música no Festival DF Musical.

O valor apresentado à contratação do serviço, é de **R\$ 17.000,00** (dezesete mil reais), conforme proposta em anexo e notas fiscais comprobatórias, no qual mostra que a empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, pratica um preço compatível ao mercado. A CONTRATADA atende satisfatoriamente as necessidades da Administração Pública quanto ao objeto da contratação e sua essencialidade, singularidade e adequabilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, todos da Lei nº 14.133/2021.

Para confirmar os valores aplicados pela Administração Pública, foi solicitado à empresa a apresentação de demonstrativos que comprovassem os valores praticados em cursos similares fornecidos a outros órgãos e entidades públicas.

Neste caso em específico deve-se considerar que o preço está adequado ao mercado levando-se em conta o deslocamento, hospedagem e alimentação para que a palestrante venha prestar seus serviços com a qualidade desejada. Sendo que nos casos acima mencionados, houve oferta de hospedagem e transfer a custeio do município.

Considerando que a prestadora era MEI e teve de fazer a alteração do CNPJ devido ao faturamento superior, não há outras notas emitidas neste CNPJ para fomentar a pesquisa. Porém, consta em sua proposta os valores de cada item que estão associados ao valor final de seus serviços.

Dessa forma, conforme comprovado pelos documentos anexos, foi validado que o valor cobrado está em conformidade com a média de mercado praticada pela Administração Pública, estando, portanto, alinhado com os valores vigentes no setor.

É importante compreender que uma contratação não precisa ser fundamentada exclusivamente no preço, como destaca Joel Menezes Niebuhr. Contudo, o processo deve, obrigatoriamente, justificar o preço a ser aceito, com o objetivo de garantir a vantajosidade da contratação. Nesse contexto, a justificativa do preço adotado pode ser feita de duas maneiras: a) demonstrando a compatibilidade do preço estabelecido com os valores de mercado, ou b) validando a adequação do preço, considerando-o justo, adequado e vantajoso em relação à contratação pretendida.

Portanto, entendemos que há uma justificativa para os preços praticados, e que o valor cobrado pela empresa é considerado justo, à luz de todas as comprovações apresentadas, levando em conta a necessidade de capacitação dos servidores do Município.

Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os requisitos arrolados abaixo, para isso devem ser observadas as disposições previstas no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

A documentação da empresa, conforme consta nos autos do processo:

- Contrato Social e alterações;
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Negativa Municipal;





- Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- CND Débitos Trabalhistas;
- Declaração Unificada;
- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
- Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
187	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.99.99.00	104

13 – AUTORIZAÇÃO:

Encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade da contratação e demais providências cabíveis.

Helena Heckler
Diretora do Departamento de Educação e Cultura





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I – PESQUISA DE PREÇOS

1 – OBJETO

Contratação da empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.

2 – FONTES PESQUISADAS

A cesta de preços engloba a pesquisa de preços adquiridos através dos seguintes métodos:

- Proposta apresentada pela empresa.
 - Notas Fiscais de outros órgãos da Administração Pública do mesmo objeto a ser contratado.
- Todas as pesquisas realizadas encontram-se anexas ao Termo de Referência.

1 – MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

A numeração dos itens abaixo é correspondente a tabela de **“Especificações Técnicas”** do Termo de Referência, constando os descritivos específicos completos dos itens na referida tabela.

Item	Quant.	Unid.	Proposta da Empresa: SARA DO VALE PRODUCOES LTDA	Nota Fiscal nº 3 de 2025 Iguaba Grande - RJ	Nota Fiscal nº 4 de 2025 Iguaba Grande - RJ	Nota Fiscal nº 11 de 2025 Frederico Westphalen
1	1	Formação	17.000,00	12.000,00	15.000,00	15.000,00

Os preços que compõem a tabela de mapeamento acima foram examinados individualmente, sendo considerado para fins de Inexigibilidade de Licitação, vantajosa a proposta para esta municipalidade.

Neste caso em específico deve-se considerar que o preço está adequado ao mercado levando-se em conta o deslocamento, hospedagem e alimentação para que a palestrante venha prestar seus serviços com a qualidade desejada. Sendo que nos casos acima mencionados, houve oferta de hospedagem e transfer a custeio do município.

Considerando que a prestadora era MEI e teve de fazer a alteração do CNPJ devido ao faturamento superior, não há outras notas emitidas neste CNPJ para fomentar a pesquisa. Porém, consta em sua proposta os valores de cada item que estão associados ao valor final de seus serviços.

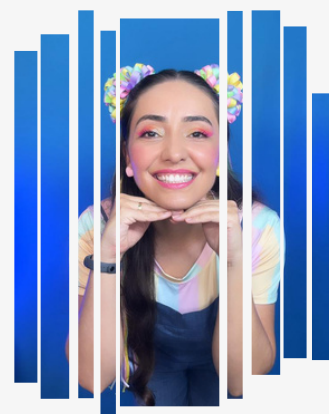
Declaramos a responsabilidade pela pesquisa e mapeamento dos preços que serviram a Administração Pública para definição da proposta mais vantajosa para esta contratação.



PROFESSORA
SARA *do* VALE

Workshop/Formação para Professores de Botelhos/MG

Sou Sara do Vale, compositora, artista da infância e uma das maiores vozes do Brasil na criação de conteúdos educativos e encantadores para crianças e professores. Com mais de 10 milhões de seguidores nas redes sociais e um canal no YouTube que ultrapassa os 7 milhões de inscritos, levo músicas autorais, histórias poéticas e práticas pedagógicas criativas para famílias, escolas e eventos por todo o país. Minha arte nasce do afeto, da escuta sensível e do compromisso com a infância encantada.



Além da atuação artística, sou também uma educadora com sólida formação acadêmica. Doutora em Educação pela UFJF, Mestre em Educação Musical pela UnB, com graduação em Pedagogia e Música, venho há quase duas décadas contribuindo com a formação continuada de professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais. Sou referência nacional na área, com experiência em cursos, palestras e consultorias que aliam pesquisa, prática e sensibilidade.

Leve música, histórias e encantamento para o coração das suas crianças.



Se você busca uma formação que vá além da teoria, que inspire, motive e transforme as práticas pedagógicas, este workshop é para você. Aqui reunimos palestra e oficina prática em uma experiência imersiva que desperta a musicalidade dos educadores e os convida a vivenciar, refletir e recriar sua prática pedagógica com ludicidade, leveza e intencionalidade, sempre com responsabilidade teórica e encantamento.

Data, horário e tempo de duração: entre 03 ou 04/02/2026 a definir.

Local de realização: Marmeleiro/PR Público: 80 professores.

Valor da proposta: R\$ 17.000,00 (dezessete mil).

Discriminação dos serviços incluídos na proposta:

- Vivências musicais práticas e lúdicas, Construção de instrumentos alternativos, Contação de histórias e brincadeiras sonoras, Integração com a BNCC, LDB e demais diretrizes curriculares e reflexões metodológicas para a prática musical na escola com duração de 6h.
- Deslocamento, hospedagem, alimentação,
- Produção artística, musical, instrumentos, materiais e adereços cênicos.

Detalhamento das despesas (conforme Art. 94, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- Serviço artístico e preparação pedagógica/cachê: R\$ 7.000,00
- Transporte (aéreo e terrestre): aéreo R\$ 4.700,00 + transfer R\$ 1.200
- Hospedagem (2 diárias, 2 pessoas): R\$ 900
- Assistente de produção: R\$ 1.500,00
- Alimentação: R\$ 800
- Custos operacionais, produção e assessoria administrativa: R\$ 900,00

Dados da proponente: Sara Paraguassú Santos do Vale

CPF: 73602833100

Email: profsaradovale@gmail.com

Email da empresa: saraproducoesltda@gmail.com

Nome Empresarial: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 60.361.876/0001-95

Forma de pagamento: via TED bancário ou pix, conforme o contrato.

Dados bancários para pagamento:

Banco: 323 Mercado Pago

Agência: 0001

Conta: 5336811471-9

Pix: 60361876000195

Titular: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 60.361.876/0001-95

Validade da proposta:


10 dias

PROFESSORA
SARA *do* VALE

Educadora musical, compositora, escritora e artista da infância.
Doutora em Educação, Mestra em música, Pedagoga e licenciada em Música
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9527223438931134>
Instagram: <https://www.instagram.com/profsaradovale>



 Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal Fone: () - 156 - Opção 3 - www.sefaz.df.gov.br	 Nota Fiscal Eletrônica	Série do Documento 19 Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e Número da Nota Fiscal 3
---	--	--

Dados do Prestador de Serviço		
SARA DO VALE PRODUCOES LTDA SARA DO VALE PRODUCOES SETOR O NORTE QNO 2 CJ D LT 19 S/N , - CEILANDIA CEP 72250-204 - Fone: (61)9125-7128 - Brasília/ DF rafaelparaguassu@yahoo.com.br Inscrição Municipal 0838595400173 - CPF/CNPJ 60.361.876/0001-95	Data de Geração da NFS-e 08/07/2025 09:14:23	
	Data de Competência 08/07/2025	
	Cód. de Autenticidade E1F190FC6	
	Responsável pela Retenção	

Identificação da Nota Fiscal Eletrônica			
Natureza da Operação Exigível	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS
Local dos Serviços Brasília - Distrito Federal		Município Incidência Brasília - Distrito Federal	

Dados do Tomador de Serviços	
CNPJ/CPF : 01.615.882/0001-62	IM :
Razão Social : MUNICIPIO DE IGUABA GRANDE	
Endereço : AV RODOVIA AMARAL PEIXOTO	Número : 23495
Complemento : KM 97	Bairro : CENTRO
CEP : 28960-000	Cidade/UF : Iguaba Grande/ RJ
Telefone :	E-mail : pgmdivat@gmail.com

Dados do Intermediário de Serviços		
CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social

Descrição dos Serviços
Serviço: realização do show musical, teatral com fantoches e brincadeiras no dia 11 de julho de 2025, no evento da Feira Literária do município de Iguaba Grande/RJ.

Detalhamento dos Tributos							
Atividade do Município 1213 - 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévi...				Alíquota	Item da LC116/2003 1213	Cód. NBS	Cód. CNAE 5911199
VI. Total dos Serviços R\$ 12.000,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 12.000,00	Total do ISSQN R\$ 0,00		ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. ISSQN Retido R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 12.000,00
Construção Civil		Cód. Obra :			Art. :		


Informações Adicionais
I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."
PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://iss.fazenda.df.gov.br/online/Login/Login.aspx>

ISS.NET - Sistema Nota Control® • www.notacontrol.com.br

 Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal Fone: () - 156 - Opção 3 - www.sefaz.df.gov.br	 Nota Fiscal Eletrônica	Série do Documento 20 Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e Número da Nota Fiscal 4
---	--	--

Dados do Prestador de Serviço	
SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA SARA DO VALE PRODUÇÕES SETOR O NORTE QNO 2 CJ D LT 19 S/N , - CEILÂNDIA CEP 72250-204 - Fone: (61)9125-7128 - Brasília/ DF rafaelparaguassu@yahoo.com.br Inscrição Municipal 0838595400173 - CPF/CNPJ 60.361.876/0001-95	Data de Geração da NFS-e 21/07/2025 09:54:44 Data de Competência 21/07/2025 Cód. de Autenticidade B4158A189 Responsável pela Retenção



Identificação da Nota Fiscal Eletrônica			
Natureza da Operação Exigível	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS
Local dos Serviços Brasília - Distrito Federal	Município Incidência Brasília - Distrito Federal		

Dados do Tomador de Serviços	
CNPJ/CPF : 46.634.572/0001-23	IM :
Razão Social : Município De Cesario Lange	
Endereço : Pc Adolfo Testa	Número : 651
Complemento :	Bairro : Centro
CEP : 18285-000	Cidade/UF : Cesário Lange/ SP
Telefone :	E-mail : carolinaricci@cesariolange.sp.gov.br

Dados do Intermediário de Serviços		
CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social

Descrição dos Serviços
SERVIÇO TREINAMENTO EM WORKSHOP EM MUSICALIDADE PARA PROFESSORES DA REDE DE ENSINO


Detalhamento dos Tributos						
Atividade do Município 802 - 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e ...			Alíquota	Item da LC116/2003 802	Cód. NBS	Cód. CNAE 8599699
VI. Total dos Serviços R\$ 15.000,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 15.000,00	Total do ISSQN R\$ 0,00	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 15.000,00
Construção Civil		Cód. Obra :			Art. :	

Informações Adicionais
Dados bancários para pagamento Pix: 60361876000195 Banco: 323 Mercado Pago Agência: 0001 Conta: 5336811471-9 Titular: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA CNPJ: 60.361.876/0001-95 I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI." PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://iss.fazenda.df.gov.br/online/Login/Login.aspx>

ISS.NET - Sistema Nota Control® • www.notacontrol.com.br

 Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal Fone: () - 156 - Opção 3 - www.sefaz.df.gov.br	 Nota Fiscal Eletrônica	Série do Documento 21 Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e Número da Nota Fiscal 11
---	--	---

Dados do Prestador de Serviço		
SARA DO VALE PRODUCOES LTDA SARA DO VALE PRODUCOES SETOR O NORTE QNO 2 CJ D LT 19 S/N , - CEILANDIA CEP 72250-204 - Fone: (61)9125-7128 - Brasília/ DF rafaelparaguassu@yahoo.com.br Inscrição Municipal 0838595400173 - CPF/CNPJ 60.361.876/0001-95	Data de Geração da NFS-e 27/10/2025 09:24:00	
	Data de Competência 27/10/2025	
	Cód. de Autenticidade C49E774DD	
	Responsável pela Retenção	

Identificação da Nota Fiscal Eletrônica			
Natureza da Operação Exigível	Número do RPS	Série do RPS	Data de Emissão do RPS
Local dos Serviços Brasília - Distrito Federal	Município Incidência Brasília - Distrito Federal		

Dados do Tomador de Serviços	
CNPJ/CPF : 87.612.917/0001-25	IM :
Razão Social : MUNICIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN	
Endereço : -	Número : 258
Complemento :	Bairro : Centro
CEP : 98400-000	Cidade/UF : Frederico Westphalen/ RS
Telefone : (55)3744-1139	E-mail :

Dados do Intermediário de Serviços		
CNPJ/CPF	Inscrição Municipal	Razão Social

Descrição dos Serviços
Realização de apresentações lúdicas e musicais voltadas a crianças da rede municipal de ensino, bem como formação pedagógica para professores da Educação Infantil e Anos Iniciais, a serem ministradas pela educadora Sara do Vale, durante a realização da 40ª Feira do Livro de Frederico Westphalen/RS, contemplando atividades nos turnos diurnos (para alunos) e no turno noturno (para professores) em 24 de outubro de 2025.

Detalhamento dos Tributos							
Atividade do Município 1213 - 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévi...				Alíquota	Item da LC116/2003 1213	Cód. NBS	Cód. CNAE 5911199
VI. Total dos Serviços R\$ 15.000,00	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 15.000,00	Total do ISSQN R\$ 0,00	ISSQN Retido Não	Desconto Condicionado R\$ 0,00	
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00	VI. ISSQN Retido R\$ 0,00	VI. Líquido da Nota Fiscal R\$ 15.000,00
Construção Civil		Cód. Obra :			Art. :		

Informações Adicionais
I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."
PROCON: TEL 151- SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 8, BLOCO B-60, SALA 240- BRASILIA - DF

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: <https://iss.fazenda.df.gov.br/online/Login/Login.aspx>

ISS.NET - Sistema Nota Control® • www.notacontrol.com.br

CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE

CONTRATANTE:

SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 60.361.876/0001-95, com sede à QNO 2, Conjunto D, Lote 19, Ceilândia Norte, Brasília/DF, CEP 72.250-204, neste ato representada por seu administrador **Rafael Paraguassu de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 000.458.771-57, doravante denominada simplesmente **"CONTRATANTE"**.

CONTRATADA:

Sara Paraguassu Santos do Vale, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº 736.028.331-00, residente no mesmo endereço da sede da empresa, doravante denominada simplesmente **"CONTRATADA"**, também sócia da CONTRATANTE, com participação conforme contrato social registrado na Junta Comercial do Distrito Federal.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **cessão exclusiva, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de sua imagem, voz, nome e produção intelectual**, bem como o compromisso de prestação de serviços pessoais, criativos e técnicos voltados à produção de conteúdos audiovisuais, cursos, oficinas e demais atividades educacionais e culturais destinadas ao público infantil, nos termos do objeto social da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXCLUSIVIDADE

Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA **se compromete a não prestar os mesmos serviços descritos neste instrumento a quaisquer terceiros, pessoas físicas ou jurídicas**, sejam elas concorrentes ou não, que atuem no mesmo segmento de mercado da CONTRATANTE, **sem prévia e expressa autorização**, por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I - Participar da criação, produção e execução dos projetos audiovisuais e educacionais da empresa;
- II - Garantir disponibilidade prioritária para gravações, eventos e demais compromissos assumidos pela empresa;
- III - Zelar pela imagem e reputação da CONTRATANTE, abstendo-se de condutas que possam prejudicar sua atividade-fim;
- IV - Não divulgar, reproduzir ou reutilizar conteúdos desenvolvidos sob a marca da empresa em outras mídias ou plataformas sem autorização formal.

CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRAPRESTAÇÃO

A CONTRATADA será remunerada na forma de **distribuição de lucros**, nos termos da participação societária prevista no contrato social da empresa, **não havendo vínculo**

empregatício ou obrigação de pagamento de salário fixo, salvo deliberação em contrário mediante alteração contratual e aprovação dos sócios.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem início na data de sua assinatura e vigorá por **prazo indeterminado**, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia de **180 (cento e oitenta) dias**, por escrito, sem que isso implique em indenizações, exceto em caso de descumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO POR CULPA

O descumprimento de quaisquer obrigações previstas neste contrato, especialmente as relativas à cláusula de exclusividade, autoriza a parte inocente a considerar rescindido o contrato **de pleno direito**, sem prejuízo de eventuais **perdas e danos**, inclusive lucros cessantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONFIDENCIALIDADE

A CONTRATADA obriga-se a manter o mais absoluto sigilo sobre dados, informações, projetos e estratégias da CONTRATANTE, tanto durante a vigência deste contrato quanto após sua eventual rescisão, sob pena de responder por perdas e danos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO


Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da **Circunscrição de Ceilândia/DF**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Ceilândia-DF, 4 de julho de 2025.

CONTRATANTE:

SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA


Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA**
 Data: 04/07/2025 16:59:38-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Por: _____

RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA

Sócio Administrador

CONTRATADA:

Documento assinado digitalmente
 **SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE**
 Data: 04/07/2025 17:06:33-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Por: _____

SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



A Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas, em 02 de julho de 2024, confere o título de

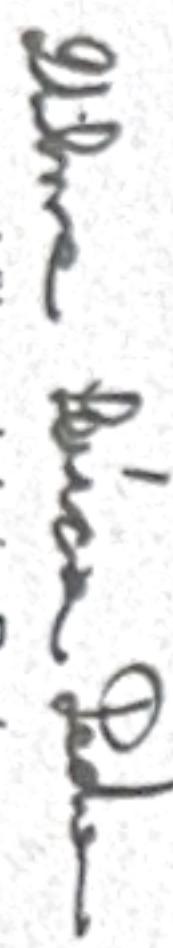
Doutora em Educação

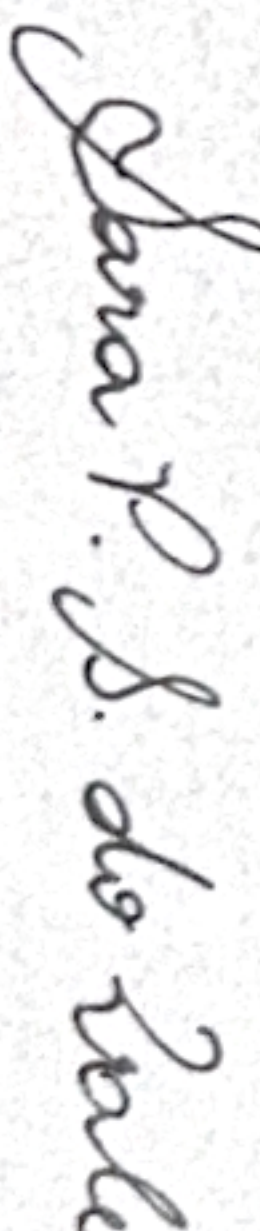
Sara Paraguaçu Santos do Vale

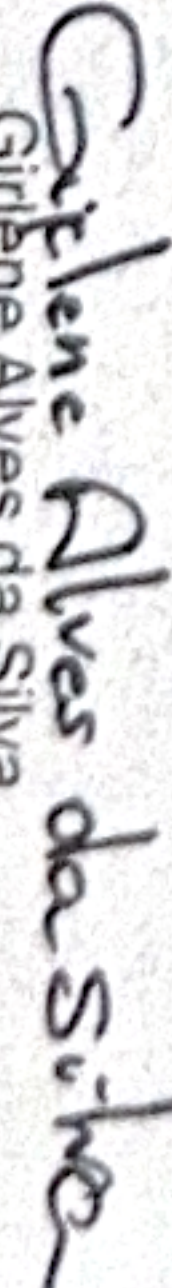


nacionalidade brasileira, natural do Estado de Goiás, nascida a 10 de agosto de 1988, portadora da Cédula de Identidade nº 2.516.278 RG RJ/DJ, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Juiz de Fora, 02 de setembro de 2024.


Vilma Lúcia Pedro
Coordenadora de Registros Acadêmicos


Jéssica P. S. do Vale
Diplomada


Gislene Alves da Silva
Reitora


Ministério da Educação
CNPJ 00.394.445/0001-01
Universidade Federal de Juiz de Fora
Recredenciada pela Portaria nº 1.441, de 07/10/2011,
DOU nº 195, Seção 1, Página 11, de 10/10/2011.

UFJF - CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO - -
Reconhecido pela Portaria nº. 609/2019-MEC, de 14/03/2019,
publicada no DOU n.º 52 de 18/03/2019, seção 1, página 63.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Diploma registrado sob o n.º 12047,
Livro PG. 31, Folha 24,
em 12 / 11 / 2024, por delegação de
competência do Ministério da Educação, nos termos da Lei nº
9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto nº 9.235, de 15
de dezembro de 2017.

Juiz de Fora, 12 de novembro de 2024.


Vilma Lúcia Pedro
Coordenadora de Registros Acadêmicos
Portaria nº 312/2024, de 07/05/2024.



Universidade de Brasília

A Reitora da Universidade de Brasília confere o título de

Mestra

a

Sara Paraguassú Santos do Vale

de nacionalidade brasileira, nascida no Estado de Goiás,

no dia 10 de agosto de 1988, CPF 736.028.331-00,

tendo em vista a conclusão do Programa de Pós-Graduação em Música

no dia 10 de julho de 2019, e lhe outorga o presente diploma,

a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasília, 19 de agosto de 2019.

Reitora

Administração Acadêmica

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Diploma registrado por delegação de
competência do MEC, nos termos do § 1º do
Artigo 48 da Lei 9.394/96.

Registro nº:720
Livro nº: 29 Folha nº: 180



Júlio César Goulart Garay
Secretário de Administração Acadêmica

APOSTILA

Diploma registrado em conformidade com a avaliação do
CNE/CES, triênio 2007/2009 e Portaria nº 1.077 de
31/08/2012, publicada no DOU nº 171 de 03/09/2012,
Seção 1.

A diplomada concluiu a seguinte habilitação: Música em
Contexto

Márcia Abrahão Moura

Reitora

APOSTILA DE SEGURANÇA

Sara Paraguassú Santos do Vale
CPF 736.028.331-00
Música

Código de Validação: 1F5601D941B0F9EAC622FB803BD75221

Validação em: <https://servicos.unb.br/publico/#!/validardiploma>



FACULDADE DE TECNOLOGIA EQUIPE DARWIN

FTED
 CONHECIMENTO GERA MUDANÇA


Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin

Mantida pela Associação Darwin de Educação e Pesquisa

Instituição de Ensino Superior, com seu Campus sede na QS 07 Rua 400 Lt. 01
 Águas Claras Brasília/DF, Credenciada pela Portaria Ministerial-MEC. Nº. 222 de 25
 de janeiro de 2005, publicada no D.O.U. de 26 de janeiro de 2005, confere o presente

CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Expedido nos termos da Resolução do Ministério da Educação Nº. 1, de 8 de junho de 2007, Art. 1º e seus parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º; e do Parecer CNE/CES 263/2006, publicado no D.O.U. de 21 de maio de 2007, seção 1, página 9

SARA SANTOS DO VALE

Portadora do RG. Nº. 2.516.278 SSP/DF, nascida no estado do Goiás, em 10 de Agosto de 1988, por haver concluído com aproveitamento o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Orientação Educacional, na área de conhecimento em Educação totalizando a carga horária de 480h/a

Taguatinga-DF, 21 de Outubro de 2011

Profª Dr. José Marcelino da Silva
 Presidente do Conselho Superior

Diretor Geral

Sara Santos do Vale

Aluna

Elio Gomes Pereira
 Coordenador Geral Pós Graduação

Coordenador



Faculdade Phênix de Ciências Humanas e Sociais do Brasil

Instituto de Educação Superior – Portarias N°. 89/90 Publicadas no D.O.U Em 13/01/2006

Diretor Geral - Prof. Dr. Moisés Dias da Silva

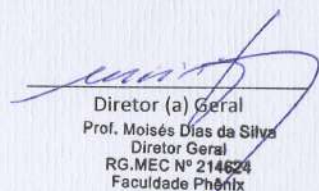


Certificado

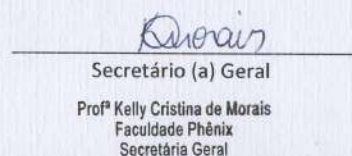


O Diretor da Faculdade Phênix de Ciências Humanas e Sociais do Brasil, no uso de suas atribuições, certifica que **Sara Santos do Vale**, RG nº. 2.516.278 SSP/DF. Nacionalidade brasileira, natural do Estado do Goiás. Nascido (a) aos 10 de agosto de 1988, concluiu com aproveitamento o Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", especialista em Educação Infantil com Ênfase em Alfabetização e Letramento, ministrado pela Faculdade Phênix de Ciências Humanas e Sociais do Brasil, período fevereiro / 2013 a dezembro / 2013, com carga horária de 410 (Quatrocentos e Dez) horas/aulas, conforme histórico demonstrativo no verso.

Santo Antônio do Descoberto – GO, 28 de janeiro de 2014.


Diretor (a) Geral
Prof. Moisés Dias da Silva
Diretor Geral
RG.MEC N° 214624
Faculdade Phênix


Especialista


Secretário (a) Geral
Profª Kelly Cristina de Moraes
Faculdade Phênix
Secretária Geral

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Nº.	DISCIPLINAS	C. H.	NOTA	PROFESSOR/ INSTRUTOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1	Metodologia da Pesquisa Acadêmica	30h	10,0	Francisco Thiago Silva	Mestre/UnB
2	Alfabetização e Letramento	30h	10,0	Marinez Martins	Especialista/UCB
3	Currículo da Educação Infantil	40h	10,0	Francisco Thiago Silva	Mestre/UnB
4	Literatura Infantil	20h	9,5	Zenaide Dias Teixeira	Mestre/PUC
5	Psicologia Infantil	30h	9,0	Marcelo Duarte Porto	Doutor/UnB
6	Arte de Contar História	30h	10,0	Marcos Danilo Rodrigues de Sousa	Especialista/UCAM
7	Psicogênese da Linguagem e Escrita	30h	9,8	Zenaide Dias Teixeira	Mestre/PUC
8	Fundamentos da Educação Infantil - PNAIC	30h	10,0	Francisco Thiago Silva	Mestre/UnB
9	Transtorno de Aprendizagem	30h	10,0	Flávio Ribeiro Calile	Mestre/UCB
10	Leitura e Interpretação do Desenho Infantil	30h	10,0	Otávio Henrique Braz	Mestre /UnB
11	Psicomotricidade / Práticas de Jogos Pedagógicos	40h	10,0	Otávio Henrique Braz	Mestre /UnB
12	TCC-Trabalho de Conclusão de Curso	20h	8,0	Francisco Thiago Silva	Mestre/UnB
13	Oficina de Interpretação do Desenho Infantil	50h	10,0	Vanisia Rodrigues da Rocha Botelho	Especialista/PHENIX

Título do Trabalho de Conclusão: A música no currículo da Educação Infantil como ferramenta para o desenvolvimento integral do ser

CARGA HORÁRIA TOTAL: 410 (Quatrocentos e dez) horas/aulas.

Artigo Aprovado com Nota: 8,0

O presente certificado de Pós-Graduação está em conformidade com os preceitos da resolução CNE/ CES nº. 1, de 08 de junho de 2007.

Frequência Mínima Exigida: 75% da Carga Horária

Média Mínima Exigida das Disciplinas: 7,0 (sete)

Válido com o selo da Instituição.

REGISTRO DA SECRETARIA

Faculdade Phênix de Ciências Humanas e Sociais do Brasil

REGISTRO DE CERTIFICADOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Atestamos que o presente Certificado foi Registrado sob o nº 2078
no Livro nº 03 Folha(s) nº 64 desta Instituição de Ensino Superior.

K. Moraes

Secretário (a) Geral

Profª Kelly Cristina de Moraes
Faculdade Phênix
Secretária Geral



Universidade Norte do Paraná

Estado do Paraná



A Reitora da Universidade Norte do Paraná,
no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a conclusão em 11 de junho de 2011 do

Curso de Graduação em Pedagogia

e a sessão solene de colação de grau em 20 de agosto de 2011, confere o título de

Licenciado em Pedagogia a

Sara Santos do Vale

brasileira, natural do Estado de Goiás, nascida a 10 de agosto de 1988, RG 2.516.278-DF, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de
que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Londrina, 15 de setembro de 2011.

Sara Santos do Vale
Diplomada

Wilmá Xandré Melo
Reitora
Elisabeth Bueno Kaffanechi
Chanceler

UNOPAR

Diploma n° 75571 anotado no Livro n° 036 fls 16511.

As assinaturas da Reitora e da Chanceler da Unopar, no anverso do diploma, são mediante chancela mecânica registrada em documento sob o número de Ordem 1278, do Lv. 451-N, à fl.118, em data de 06.08.2010, no Cartório Salinet - 4ª Serventia Notarial - Lda - Pr e microfilmado sob o número 332709 e registrado sob o número 242786, em data de 09.08.2010, no 1º Ofício de Títulos e Documentos - Londrina - Pr.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Reconhecido pela Portaria Ministerial n° 223/2011 de 28/06/11 - publicada no D.O.U. 29/06/11.

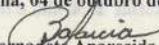
UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

Divisão de Registro de Diplomas e Certificados

Por delegação de poderes para registro de Diplomas, concedida pela Lei 9394 de 20/12/96, artigo 48, § 1º e Resolução CONSUN/UNOPAR n° 058/2004, de 27/09/2004 reeditada em 17/12/2008.

Diploma registrado sob n° 108501 Livro 056
 Folha 27074 Processo n° 108467.

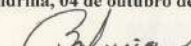
Londrina, 04 de outubro de 2011.


 Profª Bernadete Aparecida Garcia
 Divisão de Registro de Diplomas e Certificados

APOSTILA

O portador do presente diploma concluiu nesta Universidade o Curso de Graduação em Pedagogia, estruturado com base na Resolução CNE/CP n° 01, de 15.05.2006.

Londrina, 04 de outubro de 2011.


 Profª Bernadete Aparecida Garcia
 Divisão de Registro de Diplomas e Certificados

Nº 105581

Claretiano



Claretiano

CENTRO UNIVERSITÁRIO

Recredenciado pela Portaria nº 516, de 09 de maio de 2012
(D.O.U. de 10 de maio de 2012, Seção 1, pág. 24)

O Reitor do Claretiano – Centro Universitário, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do Curso de Música (Licenciatura) em 17/12/2016, confere o Título de Licenciada a

Sra. Maragrazzi Santos do Vale

portadora da Cédula de Identidade nº 2.516.278/DF, de nacionalidade brasileira, nascida em 10 de agosto de 1988, natural de Goiás, Estado de Goiás e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa usufruir de todos os direitos e prerrogativas legais.

Batatais, 13 de março de 2017.

Lea Mara

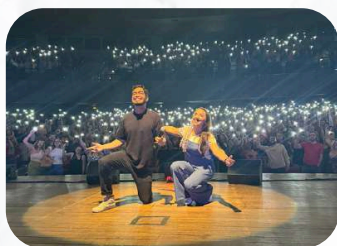
Lea Mara Leles Dal Pícolo Biagini
R.G. 17.065.999-9 – Secretária Geral

Jana P. B. do Vale

Diplomada

Dr. Pe. Sérgio Ibanor Piva

Dr. Pe. Sérgio Ibanor Piva
R.G. 9.442.672 – Reitor



portfólio artístico

PROFESSORA
SARA *do* VALE

e currículo



SARA DO VALE



Mini currículo

ACADÊMICO

DOUTORA EM
EDUCAÇÃO (UFJF)
MESTRA EM MÚSICA
(UNB) LICENCIADA EM
PEDAGOGIA
LICENCIADA EM MÚSICA
ESCRITORA
PROFESSORA
FORMADORA DA
SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO DO DF

ARTÍSTICO

- CRIADORA DE
CONTEÚDO DIGITAL
- ESCRITORA
- CANTORA E
COMPOSITORA
- BRINCANTE
- CONTADORA DE
HISTÓRIAS
- PRODUTORA
MUSICAL



Curriculo acadêmico e artístico

Na área acadêmica, é graduada em Pedagogia e licenciada em Música, títulos que se complementam com o Mestrado em Música e o Doutorado em Educação.

Suas pesquisas exploram a aplicação da música na educação infantil e na formação de pedagogas, resultando em contribuições relevantes para o campo educacional. Criadora do Método EnCANTO, registrado e disponibilizado em curso virtual, Sara desenvolveu uma abordagem inovadora que conecta a musicalidade e a ludicidade ao encantamento das infâncias.

Na formação de professores, Sara é reconhecida pela realização de cursos e palestras de formação continuada que aliam teoria e prática em dinâmicas envolventes. Com um estilo acessível e inspirador, já impactou milhares de professores em diversas escolas e municípios, conduzindo eventos com públicos que variam entre 30 e 600 profissionais.

Os temas de suas formações incluem musicalidade, ludicidade e o papel da infância no contexto educacional. **No campo artístico,** Sara é escritora de dois livros infantis publicados, compositora de músicas para crianças e contadora de histórias.



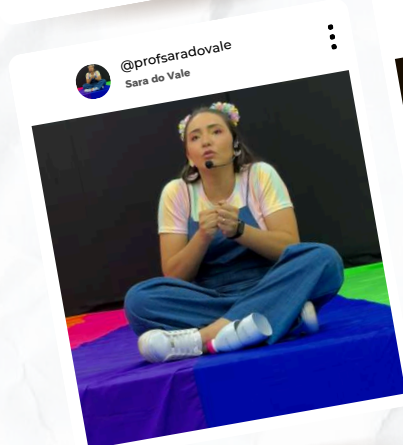
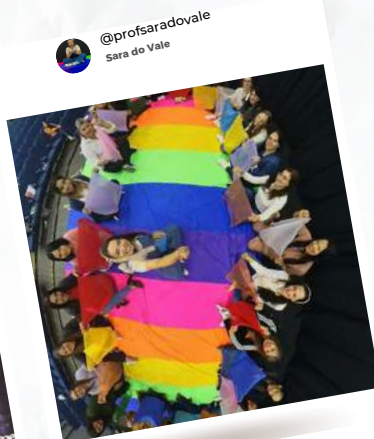
Sua presença marcante em eventos escolares, teatrais e corporativos promove o encantamento de plateias variadas, contribuindo para a disseminação de uma cultura educativa e criativa.

Como digital influencer, Sara é uma referência nacional no segmento infantil, somando mais de 7,5 milhões de seguidores nas redes sociais. Seus canais, incluindo o YouTube (@profsaradovale), Instagram e TikTok, destacam conteúdos musicais, histórias, brincadeiras, e práticas pedagógicas, atingindo pais, professores e crianças em todo o Brasil.

Apaixonada pelas infâncias, Sara do Vale acredita no potencial transformador da música e da ludicidade para o desenvolvimento integral da criança, dedicando-se a inspirar educadores e a encantar públicos com suas iniciativas inovadoras e sensíveis.



Redes sociais



CLIQUE E VEJA



INSTAGRAM: 1,3 MILHÃO DE SEGUIDORES
@PROFESSORASARADOVALE



YOUTUBE: 5 MILHÕES DE INSCRITOS
@PROFSARADOVALE



TIKTOK: + 1,5 MILHÃO DE SEGUIDORES
@PROFSARADOVALE



KWAI: 500 MIL SEGUIDORES
@PROFSARADOVALE

PROFESSORA
SARA do VALE



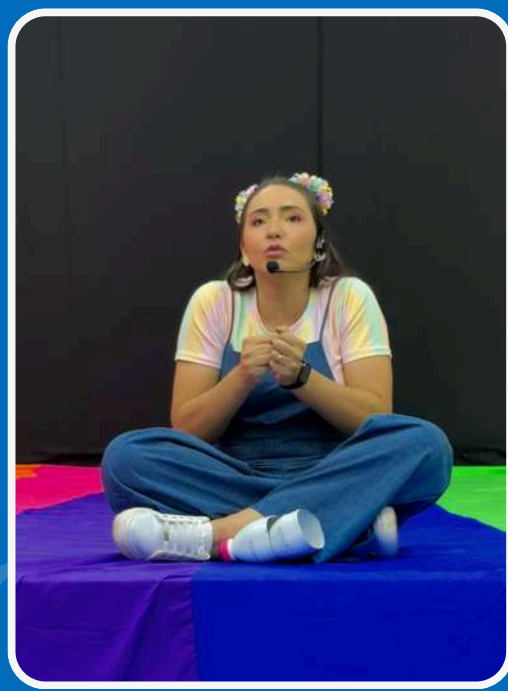
Oficinas e palestras para professores

Esses são alguns registros de formações realizadas ao redor do Brasil, para professores e outros profissionais da educação. Levamos materiais e atividades práticas que atendem a um grande número de participantes, simultaneamente

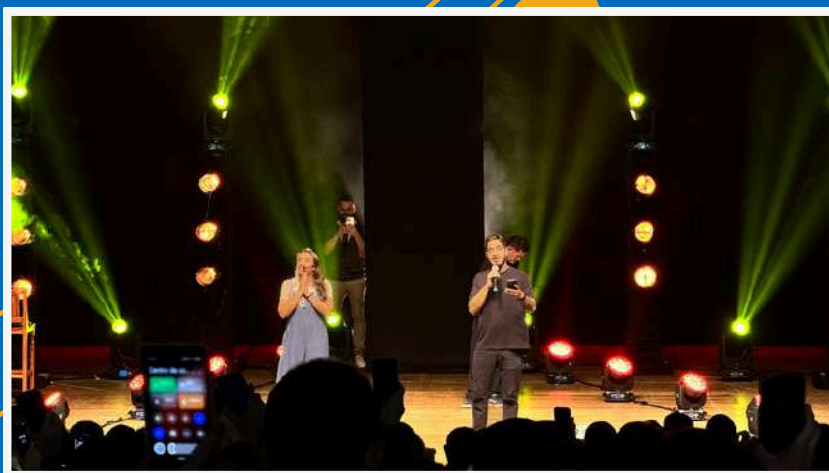


Shows Musicais e Eventos Literários

A prof^a Sara realiza apresentações com contação de histórias e músicas em eventos literários, escolas, shows infantis e oficinas para crianças e famílias. Que tal aproveitar a sua ida até a sua cidade para pensar em um momento assim?



SHOW





Produções acadêmicas de destaque



TESE DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
**PRÁTICAS MUSICAIS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL:
INVESTIGANDO O HABITUS DE
PEDAGOGAS EM UMA ESCOLA DO DF**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: "A
**MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO
DF: ESTABELECENDO RELAÇÕES
O CURRÍCULO EM MOVIMENTO E O
CURRÍCULO DE PEDAGOGIA DA UNB"**



ARTIGO- REVISTA DA ABEM
**"UM CURRÍCULO EM MOVIMENTO: A
MÚSICA NA FORMAÇÃO DE
PEDAGOGOS E NA EDUCAÇÃO
INFANTIL DO DF"**



"PROFESSOR INSUBSTITUÍVEL"
**PRÊMIO DE MÚSICA
FESTIVAL DF MUSICAL
(CONF. SENTENÇA JUDICIAL 2VARCIVCEI
PROCESSO 0724069-79.2020.8.07.0003)**



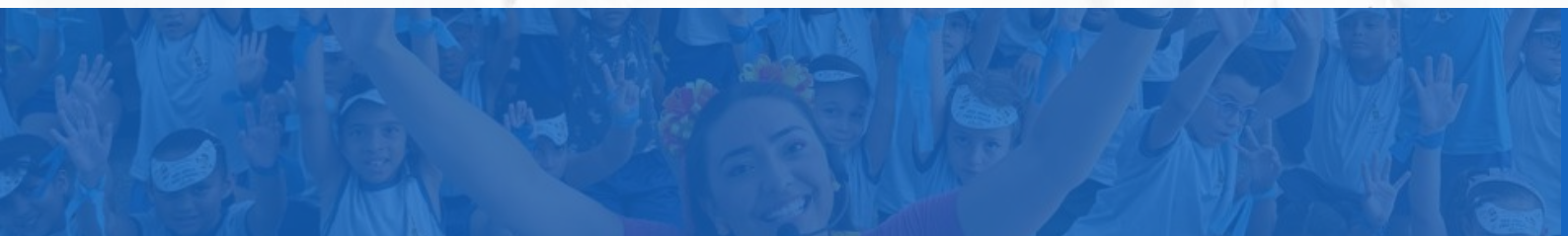
Presença em
diversos podcasts
de destaque



Reportagem no SBT:



EM UMA REPORTAGEM APRESENTADA EM
24/11/2021 PELO SBT BRASÍLIA, DEMONSTREI UM
POUCO DA MINHA ROTINA DE GRAVAÇÕES.





Livros



AS AVENTURAS DAS GOTINHAS DE CHUVA

**LANÇADO EM MARÇO DE 2022, JÁ
CONTA COM MAIS DE 3.000
UNIDADES VENDIDAS EM TODO O
BRASIL. O EBOOK NA AMAZON ESTÁ
EM 17 PAÍSES.**



A ENCANTADORA DE SONS

**LANÇADO EM 2023 JÁ CONTA
COM MAIS DE 1.000 UNIDADES
VENDIDAS E A ADOÇÃO DE 3
ESCOLAS EM SEUS PROJETOS
LITERÁRIOS.**



O VESTIDO DE CETIM AZUL

**VOL. III DA COLETÂNEA "HISTÓRIAS
PARA CONTAR E ENCANTAR"
EDITORA APMC**



Adote os meus livros em sua escola e tenha...



UM MOMENTO DE
FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA
OS PROFESSORES.



UMA APRESENTAÇÃO COM
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MUITA
MÚSICA PARA AS CRIANÇAS,
VERIFICAR O QUANTITATIVO DE
LIVROS JUNTO À EQUIPE*



Ampla contato com a área acadêmica

PALESTRANTE EM LIVES, WEBINARS, CONGRESSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO, AULAS ESPECIAIS E CURSOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS, DE FORMA VIRTUAL E PRESENCIAL.



UNIVERSIDAD NACIONAL DEL
CENTRO DE PERÚ



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE GOIÁS



Algumas avaliações das nossas cursistas

Olá Foi uma manhã de muito aprendizado e renovo das práticas pedagógicas. Parabéns pelo projeto! Amei as dicas... A vida com certeza mais bela com música 🎵 🎵 🎵 Amei!!! Quero te levar pra minha escola. Show ★★★★★

Momento divertido de aprender, confraternizar com nossas companheiras de trabalho, de entrar em contato com nossa música interior e com a música interior de todas as presentes! Ansiosa para o próximo!!

Ótimo curso de musicalidade , super indico , gratificante ter aprendido e participado, aprendizado lúdico e maravilhoso, que irá me contribuir muito no dia a dia com meus pequenos na sala de aula . parabéns Sara 🙌

Amei o curso, foi exatamente como esperava. Aguardei ansiosamente por este momento. Superou minhas expectativas. Você é maravilhosa! Espero por outros cursos. ❤️ 🙌 🙌 🙌 Lourdes Ribeiro.

Simplesmente ameiiii... 🥰 🥰 Vou sair daqui com minha bagagem repleta de conhecimentos e grandes ideias... Me diverti bastante... Deise Wadria



Feedback Feedback

Principais álbuns de música e singles





Contato

Workshops e eventos presenciais para professores:



profsaradovale@gmail.com

Eventos em escolas:

61 9 8134-0127

PROFESSORA
SARA *do* **VALE**



 <div>Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal</div>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		51
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
		2062			
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal					
Nome: SARA DO VALE PRODUÇOES LTDA					
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:					
<div>Nº FCN/REMP</div> <div></div> <div>DFB2500085843</div>					
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	090			CONTRATO	
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	
BRASILIA			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:		
Local			Nome: _____		
			Assinatura: _____		
9 Abril 2025			Telefone de Contato: _____		
Data					
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA					
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):			Processo em Ordem À decisão		
<input type="checkbox"/> SIM			<input type="checkbox"/> SIM		
_____			_____		
_____			_____		
_____			_____		
_____			_____		
_____			_____		
<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____			<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____		
Data			Data		
Responsável			Responsável		
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)					
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.					
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
2ª Exigência					
3ª Exigência					
4ª Exigência					
5ª Exigência					
<input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/>					
____/____/____					
Data					
Responsável					
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)					
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.					
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
2ª Exigência					
3ª Exigência					
4ª Exigência					
5ª Exigência					
<input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/>					
<input type="checkbox"/>					
____/____/____					
Data					
Vogal					
Vogal					
Vogal					
Presidente da ____ Turma					
OBSERVAÇÕES					

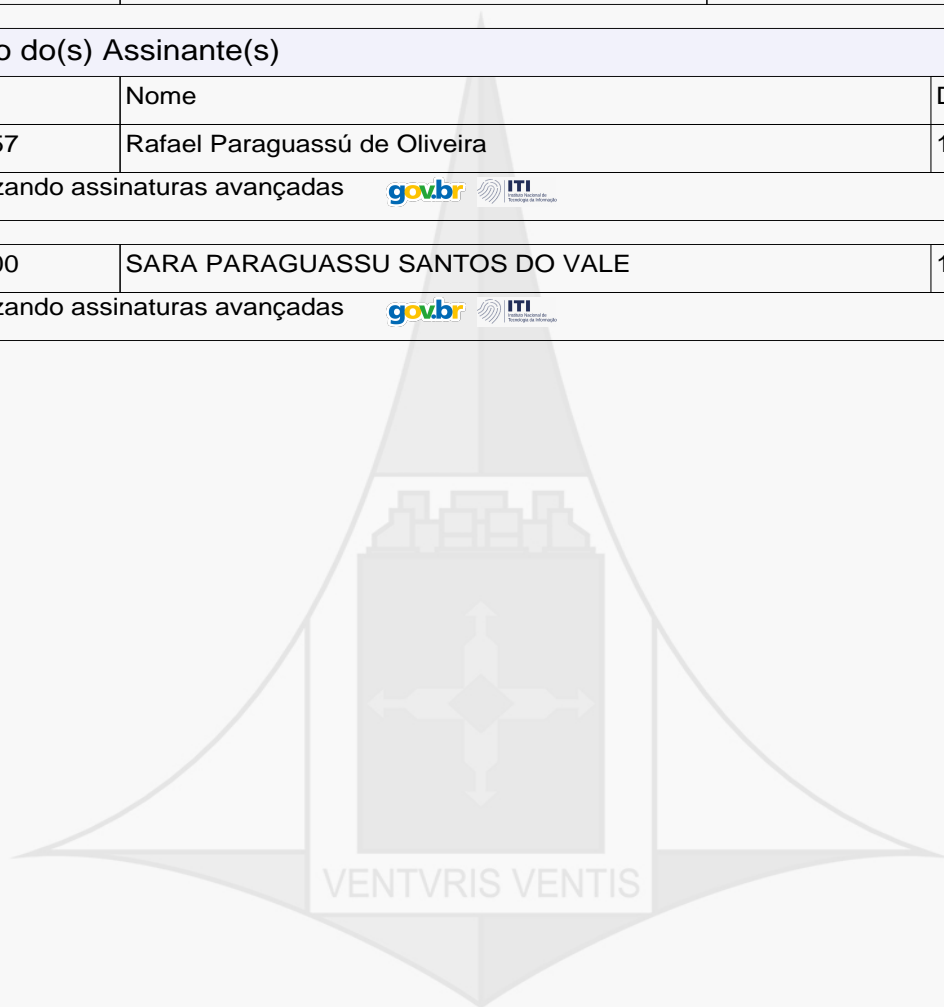
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL⁵²

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/055.948-0	DFB2500085843	09/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.458.771-57	Rafael Paraguassú de Oliveira	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
736.028.331-00	SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203414253 em 11/04/2025 da Empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, CNPJ 60361876000195 e protocolo DFB2500085843 - 11/04/2025. Autenticação: 62B64D5D36759BF14112954E8FA9C74B29BE3EA. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 25/055.948-0 e o código de segurança 5HGe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.


FABIANNE RAISSA DA FONSECA
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/9

CONTRATO SOCIAL DE SARA DO VALE PRODUcoes LTDA

SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE, nacionalidade BRASILEIRA, Casada, Comunhão Parcial, nascido em 10/08/1988, profissão: PROFESSORA, nº do CPF: 736.028.331-00, identidade: 2516278, órgão expedidor: SESPDS-DF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): QUADRA QNO 2 CONJUNTO D, número 19, bairro CEILANDIA NORTE (CEILANDIA), município BRASILIA - DF, CEP: 72.250-204.

RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, Casado, Comunhão Parcial, nascido em 19/08/1983, profissão: ADVOGADO, nº do CPF: 000.458.771-57, identidade: 00045877157, órgão expedidor: SSP-DF, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): QUADRA QNO 2 CONJUNTO D, número 19, bairro CEILANDIA NORTE (CEILANDIA), município BRASILIA - DF, CEP: 72.250-204.

Resolve(m), em comum acordo (se for o caso), constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)



Cláusula Primeira - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: SARA DO VALE PRODUcoes LTDA

DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)



Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: SETOR SETOR O NORTE QNO 2 CJ D LT 19, número S/N, bairro Ceilândia, município BRASILIA - DF, CEP: 72.250-204.

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)



Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: A EMPRESA TEM POR OBJETO SOCIAL A PRODUCAO DE VIDEOS, PROGRAMAS E CONTEUDOS AUDIOVISUAIS COM FOCO NO PUBLICO INFANTIL VOLTADOS AO ENTRETENIMENTO E A EDUCACAO PARA EXIBICAO EM PLATAFORMAS DIGITAIS REDES SOCIAIS CANAIS DE STREAMING E OUTRAS MIDIAS BEM COMO A REALIZACAO DE ATIVIDADES DE POS-PRODUCAO DE CONTEUDOS INFANTIS COMO EDICAO MONTAGEM EFEITOS VISUAIS SONORIZACAO E FINALIZACAO DE VIDEOS A MONETIZACAO DE CONTEUDOS INFANTIS POR MEIO DE PLATAFORMAS DIGITAIS COMO YOUTUBE GOOGLE ADSENSE E PROGRAMAS DE AFILIADOS COM FOCO EM MARKETING DIRETO E GERACAO DE RECEITA PUBLICITARIA A OFERTA DE CURSOS OFICINAS E ATIVIDADES EDUCATIVAS VOLTADAS AO PUBLICO INFANTIL



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203414253 em 11/04/2025 da Empresa SARA DO VALE PRODUcoes LTDA, CNPJ 60361876000195 e protocolo DFB2500085843 - 11/04/2025. Autenticação: 62B64D5D36759BF14112954E8FA9C74B29BE3EA. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 25/055.948-0 e o código de segurança 5HGe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.


FABIANNE RAISSA DA FONSECA
SECRETÁRIA-GERAL

PRESENCIAIS OU ONLINE ESPECIALMENTE NAS AREAS DE CRIACAO DE CONTEUDO MUSICA E ARTES VISUAIS A PRODUCAO MUSICAL COM FOCO EM TRILHAS SONORAS JINGLES E MUSICAS PARA CONTEUDOS INFANTIS VIDEOS EDUCACIONAIS E ESPETACULOS A OPERACAO DE ESTUDIO PROPRIO PARA GRAVACAO DE VIDEOS MUSICAS E PROGRAMAS VOLTADOS AO PUBLICO INFANTIL COM ESTRUTURA ADAPTADA PARA ESSE SEGMENTO E A PRESTACAO DE SERVICOS DE EDICAO DE VIDEOS INFANTIS INCLUINDO INSERCAO DE EFEITOS LUDICOS ANIMACOES LEGENDAS E AJUSTES VISUAIS E SONOROS POR PROFISSIONAL INDEPENDENTE.

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO (ART. 53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)



Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades a partir de 09/04/2025 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)



Cláusula Quinta - O capital social é de R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais) divididos em 3.000.000 quota(s), no valor nominal de R\$ 0,01 (ZERO reaisUM CENTAVO), cada uma, formado por R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais) em moeda corrente do País.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo(s) sócio(s) da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	Valor
SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE	1.500.000	R\$ 15.000,00
RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA	1.500.000	R\$ 15.000,00
Total	3.000.000	R\$ 30.000,00

DA ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064 DO CC)



Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida:


Pelo sócio **RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, em nome da pessoa jurídica, dentre ele(s):

- A) contratar ou cancelar seguros;
- B) outorgar procurações que contenham os poderes previstos acima;
- C) abrir, movimentar e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de crédito e/ou débito;
- D) realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, Pix e/ou qualquer outro meio;
- E) contratar ou renegociar empréstimos e/ou financiamentos;
- F) realizar ou resgatar aplicações financeiras e/ou investimentos;
- G) prestar garantias;
- H) solicitar a aquisição de novos produtos financeiros;


Parágrafo Único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.






DO BALANÇO PATRIMONIAL (ART. 1.065 DO CC)

-  **Cláusula Sétima** - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (ART. 1.011, § 1º, DO CC E ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

-  **Cláusula Oitava** - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

-  **Cláusula Nona** - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006)
-  **Cláusula Décima** - A sociedade adotará como nome fantasia SARA DO VALE PRODUCOES.
-  **Cláusula Décima Primeira** - A(s) parte(s) elege(m) o foro BRASÍLIA - DF para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular, em via única.

Brasília - DF , 9 de abril de 2025.



RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA: Sócio/Administrador



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203414253 em 11/04/2025 da Empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, CNPJ 60361876000195 e protocolo DFB2500085843 - 11/04/2025. Autenticação: 62B64D5D36759BF14112954E8FA9C74B29BE3EA. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 25/055.948-0 e o código de segurança 5HGe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.


FABIANNE RAISSA DA FONSECA
SECRETÁRIA-GERAL



SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE: Sócio



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203414253 em 11/04/2025 da Empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, CNPJ 60361876000195 e protocolo DFB2500085843 - 11/04/2025. Autenticação: 62B64D5D36759BF14112954E8FA9C74B29BE3EA. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 25/055.948-0 e o código de segurança 5HGe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.


FABIANNE RAISSA DA FONSECA
SECRETÁRIA-GERAL



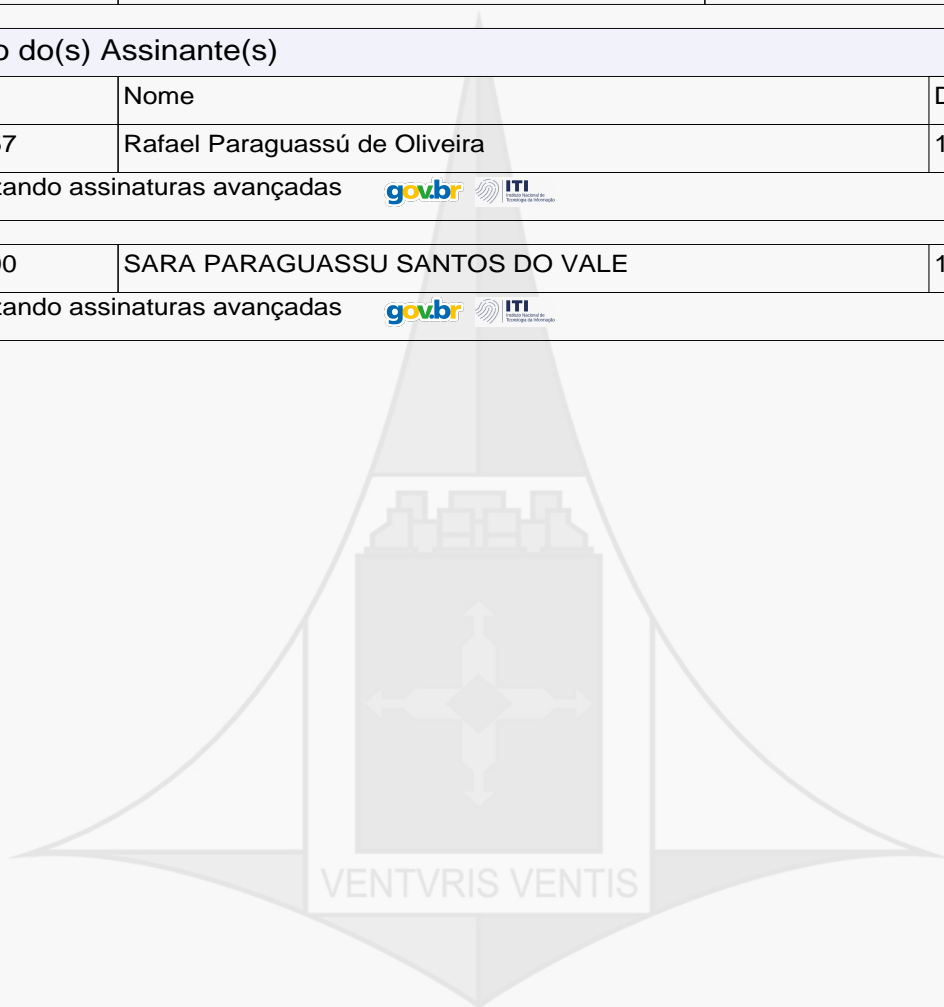
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL⁵⁷

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/055.948-0	DFB2500085843	09/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.458.771-57	Rafael Paraguassú de Oliveira	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
736.028.331-00	SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203414253 em 11/04/2025 da Empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, CNPJ 60361876000195 e protocolo DFB2500085843 - 11/04/2025. Autenticação: 62B64D5D36759BF14112954E8FA9C74B29BE3EA. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 25/055.948-0 e o código de segurança 5HGe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.


FABIANNE RAISSA DA FONSECA
SECRETÁRIA-GERAL







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Distrito Federal
 Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, de NIRE 5320341425-3 e protocolado sob o número 25/055.948-0 em 11/04/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 53203414253, em 11/04/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador CAMILA CORADO PACHECO CAVALCANTE.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Fabianne Raissa da Fonseca. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.458.771-57	Rafael Paraguassú de Oliveira	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
736.028.331-00	SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
000.458.771-57	Rafael Paraguassú de Oliveira	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
736.028.331-00	SARA PARAGUASSU SANTOS DO VALE	10/04/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 09/04/2025



Documento assinado eletronicamente por CAMILA CORADO PACHECO CAVALCANTE, Servidor(a) Público(a), em 11/04/2025, às 10:15.

VENTVRIS VENTIS



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.servicos.jucisdf) informando o número do protocolo 25/055.948-0.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203414253 em 11/04/2025 da Empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, CNPJ 60361876000195 e protocolo DFB2500085843 - 11/04/2025. Autenticação: 62B64D5D36759BF14112954E8FA9C74B29BE3EA. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 25/055.948-0 e o código de segurança 5HGe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.


 FABIANNE RAISSA DA FONSECA
 SECRETÁRIA-GERAL

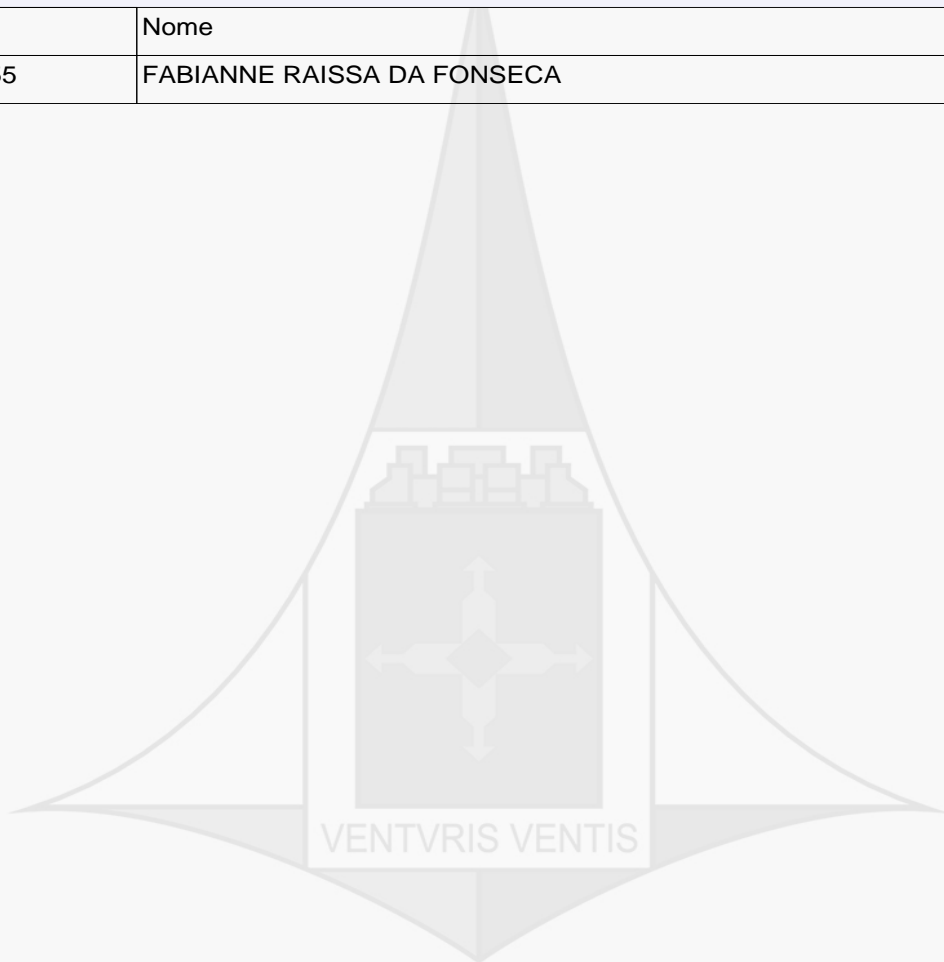


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL⁵⁹

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
017.057.021-55	FABIANNE RAISSA DA FONSECA



Brasília. sexta-feira, 11 de abril de 2025



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53203414253 em 11/04/2025 da Empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, CNPJ 60361876000195 e protocolo DFB2500085843 - 11/04/2025. Autenticação: 62B64D5D36759BF14112954E8FA9C74B29BE3EA. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 25/055.948-0 e o código de segurança 5HGe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

FABIANNE RAISSA DA FONSECA
SECRETÁRIA-GERAL



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 27/10/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA
60.361.876/0001-95

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 27/10/2025

Selo digital de segurança: **2025.CTD.7AG7.4ISE.MF44.4ST4.JYE6**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>60.361.876/0001-95</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>11/04/2025</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>SARA DO VALE PRODUcoes LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>SARA DO VALE PRODUcoes</div>		<div>PORTE</div> <div>ME</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente</div> <div>73.19-0-03 - Marketing direto</div> <div>85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente</div> <div>90.01-9-02 - Produção musical</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>ST SETOR O NORTE QNO 2 CJ D LT 19</div>	<div>NÚMERO</div> <div>S/N</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
<div>CEP</div> <div>72.250-204</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>CEILANDIA</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>BRASILIA</div>
<div>UF</div> <div>DF</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div> <div>RAFAELPARAGUASSU@YAHOO.COM.BR</div>		<div>TELEFONE</div> <div>(61) 9125-7128/ (0000) 0000-0000</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>*****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>11/04/2025</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF	CPF/CNPJ	DataConcessão	FAC - Número do Protocolo	Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte	
08.385.954/001-73	60.361.876/0001-95	11/04/2025	542889/27	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	
Denominação social		Título do Estabelecimento - Nome Fantasia		Situação Cadastral	Data Situação
SARA DO VALE PRODUCOES LTDA		SARA DO VALE PRODUCOES		ATIVO	11/04/2025
Endereço			Bairro	Cidade	UF CEP
SETOR O NORTE QNO 2 CJ D LT 19 S/N			CEILANDIA	BRASILIA	DF 72250204

Qualificação do Contribuinte ISS		
Regime de Tributação		Data de enquadramento
NORMAL		11/04/2025
Descrição Atividade Econômica Principal		Código da Atividade
ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		J591119900
		Data de Início de Atividade
		11/04/2025
Atividades secundárias		
Descrição Atividade Econômica		Código da Atividade
ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		J591209900
		Data de Início de Atividade
		11/04/2025
MARKETING DIRETO		M731900300
		11/04/2025
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		P859969900
		11/04/2025
PRODUÇÃO MUSICAL		R900190200
		11/04/2025

Este documento foi emitido no dia 11/04/2025 na Internet pelo portal Agenci@Net



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 60.361.876/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:40:49 do dia 26/09/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/03/2026.

Código de controle da certidão: **44D2.ACBB.DB87.ADD0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 327111019402025
NOME: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA
ENDEREÇO: SETOR O NORTE QNO 2 CJ D LT 19 S/N
CIDADE: CEILÂNDIA
CNPJ: 60.361.876/0001-95
CF/DF: 0838595400173
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 04 de fevereiro de 2026. *

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.361.876/0001-95
Razão Social: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA
Endereço: ST NORTE QNO 2 CJ D L6T 19 / CEILÁIDIA / BRASÍLIA / DF / 72250-204

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/10/2025 a 08/11/2025

Certificação Número: 2025101008016420616119

Informação obtida em 27/10/2025 15:14:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SARA DO VALE PRODUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 60.361.876/0001-95

Certidão nº: 64127727/2025

Expedição: 27/10/2025, às 15:10:55

Validade: 25/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SARA DO VALE PRODUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.361.876/0001-95**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SARA DO VALE PRODUCOES LTDA**

CPF/CNPJ: **60.361.876/0001-95**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:49:36 do dia 06/11/2025 , com validade até o dia 06/12/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ER5GL09z3UhG0Rk0x25b

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: **000.458.771-57**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:49:43 do dia 06/11/2025 , com validade até o dia 06/12/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: DhPhlkMAeqBzTZXa9iHx

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 60361876000195

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Consulta de Impedidos de Licitar


CPF: 00045877157

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

DECLARAÇÃO

A empresa **SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **60.361.876/0001-95**, neste ato representada por **Rafael Paraguassu de Oliveira de** CPF n.º 000.458.771-57, declara, para os devidos fins, que **não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho**, em conformidade com o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e nos termos do Decreto Federal nº 4.358/2002.

Brasília/DF, 12 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA**
Data: 12/08/2025 12:07:52-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Rafael Paraguassu de Oliveira
Representante Legal

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

A empresa abaixo qualificada, por intermédio de seu representante legal, DECLARA que:

Razão Social: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA		
CNPJ: 60.361.876/0001-95		
Endereço: Qno 2, conjunto D casa		Nº: 19
Bairro: Setor O		
CEP: 72.250-204	Cidade: Ceilândia Norte	Estado: DF
Dados do representante legal:		
Nome Completo: Rafael Paraguassu de Oliveira		
CPF: 000.458.771-57		

• Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

• Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

• Nenhum sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

• Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na Inexigibilidade de Licitação.

• Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

• Cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

• As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

Informar Agência e Conta para pagamento. (A conta deve ser no nome da empresa)

Banco nº: 323 Mercado Pago	Agência nº: 0001
Conta nº: 5336811471-9	

Em caso de qualquer comunicação futura referente a esta Inexigibilidade, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: saraproducoesltda@gmail.com
Telefone: (61) 9 9125 71 28

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.



Documento assinado digitalmente
RAFAEL PARAGUASSU DE OLIVEIRA
Data: 29/10/2025 14:42:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

....., 29 de outubro de 2025.

Brasília-DF

Rafael Paraguassu de Oliveira
(Sócio Administrador)

Contato: 61 99125-7128 | E-mail: rafaelparaguassu@yahoo.com.br

Contato: 61 99653-6350 | E-mail: ruamarcio@gmail.com

Endereço: Centro Empresarial, CNM 1, BL. I, LT 03. Sala 201 Ceilândia - DF.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

74

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 07 de novembro de 2025.

De: Prefeito**Para:** - Divisão de Contabilidade

- Procuradoria Jurídica

- Comissão de Contratação

Preliminarmente à autorização solicitada pela Diretora do Departamento de Educação e Cultura, conforme consta nos autos, para a contratação da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, conforme Processo Administrativo Eletrônico nº 2518/2025, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas a:

1 – Manifestação do(s) recurso(s) da adequação orçamentária em face da despesa.

2 – A elaboração de parecer jurídico acerca da legalidade da contratação por Inexigibilidade de Licitação, bem como análise do instrumento contratual.

Respeitosamente,

Jander Luiz Loss

Prefeito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 07/11/2025 10:04 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.ipm.com.br/p46dee4c293a05>





Marmeleiro, 07 de novembro de 2025.

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação expedida por Vossa Excelência, em data de 07 de novembro de 2025, para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, CERTIFICO que:

1. Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotações especificadas abaixo;

I – DADOS DO PROCESSO

Número do PAE/Ano:	2518/2025
Modalidade:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Objeto do processo:	Contratação da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.
Valor Máximo:	R\$ 17.000,00

II – Plano Plurianual – 2.734/2021

III – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2.953/2024

IV – Lei Orçamentária Anual – 2.964/2024

V – Recursos Orçamentários

Conta	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte	Saldo Orçamentário
187	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.99.99.00	104	126.712,88

Obs.: Saldo orçamentário em: 07/11/2025.

VI – Origem dos Recursos Financeiros

10 – Educação 25% s/Impostos

Respeitosamente,

Jeferson Facin
Contador
CRC/PR 075715/O-5





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ***/2025 (Inexigibilidade Nº ***/2025 – PMM)

O **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. Jander Luiz Loss, inscrito no CPF sob o nº 744.826.379-04, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa ***, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº ***, com sede na ***, nº ***, Bairro ***, Cidade de ***, Estado do ***, CEP ***, Telefone (**) ***, e-mail: ***, representada neste ato pelo(a) Sr(a). ***, inscrito(a) no CPF sob o nº ***, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, sujeitando-se às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, e obedecidas as condições estabelecidas no **processo de Inexigibilidade de Licitação Nº ***/2025**, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Contrato está sendo firmada com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do processo de Inexigibilidade de Licitação nº ***/2025, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação da empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme a seguir:

Item	Qtde	Unid. Medida	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Formação	Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola com duração de 6 horas, sendo 3 horas no período da manhã e 3 horas no período da tarde.	17.000,00	17.000,00
Valor Total					17.000,00

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o processo de Inexigibilidade de Licitação nº ***/2025, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

4.2. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



4.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito ou transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do mês subsequente da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada no Setor de Finanças ou encaminhada pelo endereço eletrônico: nf@marmeleiro.pr.gov.br, com indicação da modalidade e número da licitação e Contrato, e Nota Fiscal emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

CNPJ nº 76.205.665/0001-01

Avenida Macali, nº 255 – Centro

Marmeleiro – PR

CEP: 85.614-068

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ***/2025

INEXIGIBILIDADE Nº ***/2025

5.3. Deverão acompanhar a nota fiscal certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, CNDT e do FGTS, válidas para o período do pagamento.

5.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

§1º Os pagamentos serão retidos em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposições contratuais, bem como em caso de multa, até o recolhimento da mesma.

§2º O pagamento não efetuado na data de vencimento deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC ocorrida no período, salvo a ocorrência do disposto no §1º desta Cláusula.

5.6. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
187	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.99.99.00	104

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1. O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 06 (seis) meses, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

8.1. A execução dos serviços será de forma total e deverá ser entregue junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, após assinatura do Contrato, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratad.

8.2. O local da execução dos serviços será no Departamento de Educação e Cultura, localizado na Avenida Macali, nº 255, 2º andar, Centro, Cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, CEP: 8561-068.

8.3. O prazo para execução do objeto será **impreterivelmente no dia 03 de fevereiro de 2026, considerando o recebimento da Ordem de Compra por parte da CONTRATADA.**

8.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8.5. Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

8.6. A CONTRATADA deverá proporcionar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

8.7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.7.1. O objeto deste Contrato será dado como recebido, conforme:

8.7.2. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente a CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação. Esta verificação deverá estar concluída em até **02 (dois) dias úteis**.

8.7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7.4. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Esta verificação deverá estar concluída em até **10 (dez) dias úteis**.

8.7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.7.6. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

8.7.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.



8.7.8. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

10.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

10.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

10.7. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

10.8. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

10.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:



11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.7. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

11.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



11.15. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.16. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

11.21. Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

12.2. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas hipóteses previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão aos propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

12.3. A CONTRATADA dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão do contrato com ao CONTRATANTE.

12.4. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

12.5. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

12.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após a prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



13.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução do Contrato, será de responsabilidade do servidor, Sr. Mauro Fischer.

13.2.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o gestor do contrato.

13.4. A gestão do presente Contrato ficará a cargo da Diretora do Departamento de Educação e Cultura, Sra. Helena Heckler.

13.4.1. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

13.5. As comunicações entre Município e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.6. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.7. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado para tal, ou pelo respectivo substituto.

13.8. O fiscal acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.8.1. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.8.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

13.8.3. O fiscal informará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.8.5. O fiscal irá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

13.8.6. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.8.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



13.9. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, e será de sua responsabilidade, sem prejuízo do disposto no Decreto Municipal nº 3.500/2024:

13.9.1. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento.

13.9.2. Analisar a documentação que antecede o pagamento.

13.9.3. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.9.4. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato.

13.9.5. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado.

13.9.6. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado.

13.9.7. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços.

13.9.8. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato.

13.9.9. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do mesmo e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.9.10. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução contratual.

13.9.11. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do fiscal.

13.9.12. Realizar o recebimento definitivo do objeto contratado.

13.9.13. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Parágrafo Único

Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato, seguindo os preceitos do Decreto nº 3.500/2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” ate “h” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do caput desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do caput desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do caput desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima na o poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4.4. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigado a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



15.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

15.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

15.6.1.3. Indenizações e multas.

15.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da comarca de Marmeleiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marmeleiro, ** de **** de 2025.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Jander Luiz Loss
CONTRATANTE

EMPRESA
Representante
CONTRATADA

PORTARIA Nº 7.657, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

Altera e Designa servidores para atuarem como Agentes de Contratação e compor a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto nº 3.500, de 05 de março de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 7.605, de 04 de julho de 2025.

Art. 2º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Agente de Contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Daverson Colle da Silva, Matrícula 1116-9;
- II - Francieli de Oliveira, Matrícula 1450-8;
- III - Ricardo Fiori, Matrícula 1824-4;
- IV - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1.

§1º Quando da realização de licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação serão denominados Pregoeiros, na forma do art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Comissão de Contratação e Equipe de Apoio nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- II - Fabiano Bassoli Donida, Matrícula 17370-1;
- III - Evandro Marcelo Pasqualoto, Matrícula 11100-1.

§ 1º A Comissão de Contratação será presidida pela servidora Isabela Rodrigues Borges e, na sua ausência, pelo servidor Daverson Colle da Silva, Matrícula 1116-9.

§ 2º Nos casos de férias, licenças legais ou afastamentos temporários de membros da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio constantes dos incisos II e III, os servidores poderão ser substituídos por Ricardo Fiori, Matrícula 1824-4 e/ou Francieli de Oliveira, Matrícula 1450-8, conforme necessidade administrativa.

Art. 4º O desempenho da função será remunerado por gratificação prevista no art. 33, da Lei nº 2.096, de 23 de setembro de 2013, observado o disposto nos §§ 3º e 4º, do mesmo artigo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marmeleiro, PR, 10 de setembro de 2025.


JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro



Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Marmeleiro, 13 de novembro de 2025.

Processo Administrativo Eletrônico - PAE n.º 2518/2025 Inexigibilidade de Licitação

PARECER JURÍDICO N.º 374/2025 – PG

I – DO RELATÓRIO

Submeteu-se ao crivo dessa Procuradoria, para análise e emissão de Parecer, a abertura do **Processo Administrativo Eletrônico nº 2518/2025**, que visa a **contratação direta, pela categoria de INEXIGIBILIDADE de licitação**, da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA., para prestação de serviços de Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, conforme requerimento emanado do Departamento de Educação e Cultura.

Encaminhados os autos a fim de que fosse verificada a legalidade do procedimento, nos termos da Lei 14.133/2021.

É o breve relatório.

Passo a fundamentar.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Primeiro, cumpre salientar que essa Procuradoria emite parecer sob à ótica estritamente jurídica, não lhe competindo adentrar no mérito, na conveniência/oportunidade e discricionariedade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública ao traçar os parâmetros da contratação entendida como necessária e sua forma de execução, tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente administrativa.

Ressalte-se que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, à decisão a ser adotada pelo gestor municipal.

Todavia, imperioso ressaltar que todo o procedimento deverá observar a legislação de regência da matéria, sobretudo no tocante a prazos e atos essenciais.

Pois bem.





Município de Marmeleiro

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

A obrigatoriedade de licitar consta no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. O procedimento licitatório, por sua vez, visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, mas também assegurar o Princípio Constitucional da Isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. [Grifou-se].

Em face do regramento constitucional, e em substituição à Lei 8.666/93, em 2021 foi editada a Lei nº 14.133/2021, a qual instituiu normas gerais que regem as licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.

Entretanto, o mesmo diploma legal também prevê hipóteses em que a Administração Pública pode celebrar contratos sem a realização de procedimento licitatório, diante de situações peculiares que justificam a adoção dessa medida excepcional. Tais hipóteses configuram-se nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, nas quais o legislador reconheceu a possibilidade de contratação direta, desde que observados os requisitos legais e devidamente motivada a decisão administrativa.

Desta forma, tem-se como regra a realização do procedimento licitatório, e, como medida em extremo excepcional, a inexigibilidade.

Os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, como no presente caso, não exigem o cumprimento de etapas formais imprescindíveis num processo de licitação, todavia, devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública.

O artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021, em seus incisos, define as situações de inexigibilidade de licitação, aplicáveis quando houver impossibilidade jurídica de competição entre os potenciais





Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

contratados. Ressalte-se que o rol previsto no referido dispositivo possui caráter exemplificativo, o que permite à Administração reconhecer outras situações análogas, desde que devidamente demonstrada a inviabilidade de competição. Contudo, por se tratar de norma de exceção, a interpretação dessas hipóteses deve ser estrita, em conformidade com os princípios da Hermenêutica Jurídica e com a supremacia do interesse público.

Pelo que se extrai do Estudo Técnico Preliminar, o caso em comento encontra guarida no art. 74, inciso III, alínea f, do referido diploma legal, que trata da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, quando houver inviabilidade de competição, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...];
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
[...]
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Por sua vez, o art. 72 da Lei de Licitações traz os requisitos a serem cumpridos para a contratação nos casos de dispensa ou de inexigibilidade. Vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão da escolha do contratado;
VII - justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente.
Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.





Município de Marmeleiro

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

O processo encontra-se instruído com o Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; a estimativa de despesa; Documentação da empresa (Contrato Social, CNPJ, Certidões Negativas, Declaração Unificada); Encaminhamento do Gestor Municipal; Parecer Contábil; Minuta Contratual e Portaria de Agentes de Contratação.

Conforme consta nos autos, o Departamento de Educação e Cultura justifica o pleito com base na necessidade de ofertar formação continuada de excelência aos profissionais da rede municipal de ensino, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação que preveem o aprimoramento constante das práticas pedagógicas.

A escolha da empresa Sara Do Vale Produções Ltda. decorre de levantamento de mercado realizado pelo Departamento de Educação e Cultura, o qual evidenciou a ampla qualificação e experiência da profissional Dra. Sara do Vale, reconhecida nacionalmente por sua trajetória acadêmica e prática na área da Educação Musical.

Denota-se que a profissional sugerida para a contratação é doutora em Educação pela UFJF, Mestre em Educação Musical pela UnB e graduada em Pedagogia e Música, com atuação consolidada em formação de professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais há quase duas décadas. Sua metodologia própria - o Método EnCANTO - alia musicalidade, ludicidade e inovação pedagógica, tendo impactado milhares de educadores em diversas redes de ensino.

Verifica-se que a empresa Sara do Vale Produções Ltda. reúne os requisitos necessários à contratação direta, tendo em vista a notória especialização da profissional que a representa e a singularidade do serviço a ser prestado, o que inviabiliza a competição entre eventuais interessados, em atenção ao atendendo ao disposto no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

A proposta apresentada mostra-se plenamente compatível com os objetivos educacionais do Município, atendendo às exigências legais e pedagógicas que orientam a formação continuada dos professores da rede municipal.

Registra-se que o valor máximo da contratação pleiteada é de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). Aduz o Departamento que estão compreendidos nesse valor os custos com deslocamento, hospedagem e alimentação necessários à execução do serviço.





Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

No tocante ao dispêndio econômico que se depreende da contratação pretendida, esta Procuradoria destaca que não detém *expertise* para examinar e avaliar a correspondência dos valores estimados no certame frente ao usualmente praticado pelo mercado. Não obstante, denota-se que há pesquisa de preço que teve como parâmetro contratações similares realizadas pela administração e a proposta comercial apresentada pela empresa. Todavia, a Divisão de Contabilidade atesta a existência de dotação orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações assumidas, em conformidade com o art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Necessário consignar que a profissional era microempreendedora individual e necessitou fazer uma alteração em seu CNPJ por conta de fornecimento superior, razão pela qual foi justificado que não há nos autos notas fiscais emitidas no atual CNPJ.

Assim, verifica-se que a contratação na modalidade pretendida encontra-se devidamente justificada e revestida de legalidade, podendo o processo de inexigibilidade de licitação prosseguir para as etapas subsequentes, observadas as demais formalidades legais.

É a fundamentação. Passo a concluir.

III – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando as informações constantes no processo administrativo em epígrafe até a presente data, com fulcro na legislação vigente, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que fogem da alçada dessa Procuradoria, nos termos do art. 74, inciso III, alínea f, da Lei 14.133/2021, **entendo pela viabilidade e legalidade da contratação direta, via inexigibilidade, da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA., para prestação de serviços de Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola.**

É o parecer.

Assinado eletronicamente por:
KARIMA HAWA MUJAHED
13/11/2025 15:16:06
Assinado eletronicamente com certificado virtual não ICP-
Brasil
Karima Hawa Mujahed
Procuradora Jurídica
OAB/PR 110.980



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.361.876/0001-95
Razão Social: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA
Endereço: QNO 2 CO D S/N / CEILÂNDIA NORTE (CE / BRASÍLIA / DF / 72250-204

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/11/2025 a 01/12/2025

Certificação Número: 2025110205206420616173

Informação obtida em 13/11/2025 16:41:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CONCLUSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2518/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

1 – OBJETO: Contratação da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Justifica-se a contratação de empresa para ministrar pela priorização da qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento de nossos educadores por meio de formações atuais que venham de encontro às necessidades de nossos estudantes e professores. Tais formações desenvolvem novas habilidades e estratégias que acrescentam evolução pessoal e profissional, além da interação e troca proporcionada por estes momentos.

O Ministério da Educação tendo como objetivos a melhoria do processo educacional obriga a mantenedora a ofertar cursos de formação onde o professor pode aprofundar seus conhecimentos, revisar suas práticas, atualizar seu referencial com vista às diretrizes nacionais. Métodos e técnicas precisam ser bem aplicados e com grande fundamentação teórica para que o aluno e o educador possam ter sucesso na aquisição de uma comunicação eficiente. Para tanto, uma rede formada por profissionais bem preparados permitirá um maior comprometimento, ampliando a eficácia de novos métodos e sucesso na aprendizagem de nossos estudantes.

Sara do Vale é Doutora em Educação pela UFJF, Mestre em Educação Musical pela UnB, com graduação em Pedagogia e Música. Trabalha com formações continuadas de professores das Educação Infantil e dos Anos Iniciais a quase duas décadas, sendo referência nacional em cursos, palestras e consultorias. Ela também é compositora, artista da infância e uma das maiores vozes do Brasil na criação de conteúdos educativos e encantadores para crianças e professores, possuindo milhões de seguidores nas redes sociais.

Solicitamos que seja realizada uma Inexigibilidade de Licitação, conforme autoriza a alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021: *“III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a Inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal”*.

A quantidade estimada refere-se à uma formação dos professores para o dia a ser indicado.

A presente contratação não está alinhada com o PCA, uma vez que o documento se encontra em fase de elaboração.

3 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de Inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese da alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

A escolha do prestador de serviços, a empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA foi devido à sua comprovada qualificação e expertise na área, fundamentada nas seguintes razões:

- Doutora Sara do Vale é graduada em Pedagogia e Música;
- Mestre em Educação Musical pela UnB;
- Doutora em Educação pela UFJF;
- Criadora do Método EnCANTO, registrado e disponibilizado em curso virtual, Sara desenvolveu uma abordagem inovadora que conecta a musicalidade e a ludicidade ao encantamento das infâncias;
- Já impactou milhares de professores em diversas escolas e municípios, conduzindo eventos com públicos que variam entre 30 e 600 profissionais;
- No campo artístico, Sara é escritora de dois livros infantis publicados (“As aventuras das gotinhas de chuva” – 2022 e “A encantadora de sons” – 2023), compositora de músicas para crianças e contadora de histórias;
- Apaixonada pelas infâncias, Sara do Vale acredita no potencial transformador da música e da ludicidade para o desenvolvimento integral da criança, dedicando-se a inspirar educadores e a encantar públicos com suas iniciativas inovadoras e sensíveis;





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

- Tese de doutorado em educação: “Práticas musicais na educação: investigando os hábitos em uma escola do DF”;
- Dissertação de mestrado: “A música na educação infantil no DF: Estabelecendo relações entre o currículo em movimento e o currículo de pedagogia da UNB”;
- Artigo – Revista da ABEM: “Um currículo em movimento: A música na formação de pedagogos e na educação infantil do DF”;
- “Professor Insostituível” – Prêmio de Música no Festival DF Musical.

4 – EMPRESA:

Empresa: SARA DO VALE PRODUCOES LTDA

CNPJ: 60.361.876/0001-95

Endereço: ST Setor O Norte QNO 2 CJ D LT 19

Cidade: Brasília

CEP: 72.250-204

Bairro: Ceilândia

Estado: Distrito Federal

5 – VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

6 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO: O valor apresentado à contratação do serviço, é de **R\$ 17.000,00** (dezesete mil reais), conforme proposta em anexo e notas fiscais comprobatórias, no qual mostra que a empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, pratica um preço compatível ao mercado. A CONTRATADA atende satisfatoriamente as necessidades da Administração Pública quanto ao objeto da contratação e sua essencialidade, singularidade e adequabilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, todos da Lei nº 14.133/2021.

Para confirmar os valores aplicados pela Administração Pública, foi solicitado à empresa a apresentação de demonstrativos que comprovassem os valores praticados em cursos similares fornecidos a outros órgãos e entidades públicas.

Neste caso em específico deve-se considerar que o preço está adequado ao mercado levando-se em conta o deslocamento, hospedagem e alimentação para que a palestrante venha prestar seus serviços com a qualidade desejada. Sendo que nos casos acima mencionados, houve oferta de hospedagem e transfer a custeio do município.

Considerando que a prestadora era MEI e teve de fazer a alteração do CNPJ devido ao faturamento superior, não há outras notas emitidas neste CNPJ para fomentar a pesquisa. Porém, consta em sua proposta os valores de cada item que estão associados ao valor final de seus serviços.

Dessa forma, conforme comprovado pelos documentos anexos, foi validado que o valor cobrado está em conformidade com a média de mercado praticada pela Administração Pública, estando, portanto, alinhado com os valores vigentes no setor.

É importante compreender que uma contratação não precisa ser fundamentada exclusivamente no preço, como destaca Joel Menezes Niebuhr. Contudo, o processo deve, obrigatoriamente, justificar o preço a ser aceito, com o objetivo de garantir a vantajosidade da contratação. Nesse contexto, a justificativa do preço adotado pode ser feita de duas maneiras: a) demonstrando a compatibilidade do preço estabelecido com os valores de mercado, ou b) validando a adequação do preço, considerando-o justo, adequado e vantajoso em relação à contratação pretendida.

Portanto, entendemos que há uma justificativa para os preços praticados, e que o valor cobrado pela empresa é considerado justo, à luz de todas as comprovações apresentadas, levando em conta a necessidade de capacitação dos servidores do Município.

7 – FUNDAMENTO LEGAL: Alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, onde consta:

Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais





*ou empresas de notória especialização, vedada a Inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

8 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
187	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.99.99.00	104

9 – A Comissão de Contratação, diante do acima exposto, após as considerações jurídicas elaboradas no Parecer Jurídico nº 374/2025 – PG, e com base nos elementos constantes nos autos, encaminha para análise e homologação o Processo Administrativo Eletrônico nº 2518/2025, sem adentrar no mérito da veracidade das informações, justificativas constantes dos autos, especialmente quanto ao preço e escolha do fornecedor ou executante, que são de inteira responsabilidade do órgão requisitante, sendo também, responsável por todos os documentos anexados ao presente processo, podendo ser realizada por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base nos dispositivos legais enumerados.

Ressaltamos ainda, que caberá à Autoridade competente a discricionariedade de prosseguir ou não com a contratação.

Marmeleiro, 14 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Borges

Presidente da Comissão de Contratação
Portaria nº 7.657 de 10/09/2025

Fabiano Bassoli Donida

Membro da Comissão de Contratação

Evandro Marcelo Pasqualoto

Membro da Comissão de Contratação





Marmeleiro, 14 de novembro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Encaminhamos a Vossa Excelência, para análise e homologação, o relatório da Comissão de Contratação, cujo assunto é a contratação da empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura, mediante inexigibilidade de licitação, fundamentada na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Informamos que o custo para a contratação é de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

O Processo Administrativo Eletrônico para contratação foi autuado sob o nº 2518/2025, e a Inexigibilidade tombada sob o nº 052/2025.

A decisão pela contratação por inexigibilidade foi embasada nos seguintes documentos, que seguem anexos ao processo administrativo:

- ✓ Documento de Formalização de Demanda
- ✓ Estudo Técnico Preliminar
- ✓ Termo de Referência
- ✓ Proposta, Comprovação de Valores e Documentos Inexigibilidade
- ✓ Indicação de recurso de adequação orçamentária

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
187	06.02	12.361 0006 2.019	3.3.90.39.99.99.00	104

- ✓ Parecer Jurídico nº 374/2025 - PG
- ✓ Documentação da empresa
 - Contrato Social e alterações;
 - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - Certidão Negativa Municipal;
 - Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
 - Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidão de Regularidade do FGTS;
 - CND Débitos Trabalhistas;
 - Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
 - Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
 - Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - Declaração Unificada.
- ✓ Conclusão do processo pela Comissão de Contratação

Respeitosamente,

Isabela Rodrigues Borges
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria nº 7.657 de 10/09/2025





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

99

ESTADO DO PARANÁ

Fabiano Bassoli Donida
Membro da Comissão de Contratação

Evandro Marcelo Pasqualoto
Membro da Comissão de Contratação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/11/2025 08:48 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pe8631121f9746>





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

100

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

Fundamentado na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 052/2025, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 2518/2025 – Cód. Verificador: FM1TW42W.

OBJETO: Contratação da empresa SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.

CONTRATADA: SARA DO VALE PRODUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95.

VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Marmeleiro, 14 de novembro de 2025.

Jander Luiz Loss
Prefeito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/11/2025 08:59 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p91b514c9c1567>





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO - PARANÁ

SEXTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2025

ANO: IX

EDIÇÃO Nº: 2078- 6 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2025

Fundamentado no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 051/2025, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 2509/2025 – Cód. Verificador: 6ZDPE252.

OBJETO: Contratação da empresa IVG BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ: 36.519.422/0001-15, para aquisição de 2 (dois) ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 3) – TRANSMISSÃO MECANICA, através da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 08/2023/FNDE/MEC, pela Autorização nº 3497/2025 - CGCOM/DIRAD/FNDE, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.

CONTRATADA: IVG BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.519.422/0001-15.

VALOR TOTAL: R\$ 994.304,98 (novecentos e noventa e quatro mil e trezentos e quatro reais e noventa e oito centavos).
Marmeleiro, 14 de novembro de 2025.

Jander Luiz Loss
Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

Fundamentado na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 052/2025, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 2518/2025 – Cód. Verificador: FM1TW42W.

OBJETO: Contratação da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.

CONTRATADA: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95.

VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Marmeleiro, 14 de novembro de 2025.

Jander Luiz Loss
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2025 – COM ITENS EXCLUSIVOS E COM COTA RESERVADA PARA ME E EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2326/2025 CÓD. VERIFICADOR: 01S5JAQD

MODALIDADE: Registro de Preços.

TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e móveis em geral, brinquedoteca, câmara fria, kid play, playground, equipamentos hospitalares, equipamentos e materiais diversos (lona para tatame, tatame, soprador de folhas, tenda e vasos decorativos, etc.), atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 horas do dia 17 de novembro de 2025.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2025.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado no link - licitações”.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.marmeleiro.pr.gov.br e www.ncnp.gov.br.

INFORMAÇÕES: (46) 3525-8100.

Marmeleiro, 14 de novembro de 2025.

Jander Luiz Loss
Prefeito



Prefeitura Municipal de Mangueirinha

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 04 DE DEZEMBRO DE 2025 ÀS 07H59MIN;
Local da sessão pública: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e -mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.

Mangueirinha-PR 14 de novembro de 2025.
Leandro Dorini – Prefeito.
HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, LEANDRO DORINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, resolve HOMOLOGAR O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2025 - PMM, que tem por objeto: ata de registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de lanches, água mineral, refrigerantes, salgados, doces e afins, de modo a suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social e Política às Mulheres e Gabinete do Prefeito.. As empresas proponentes: ANDERSON CARLOS RODRIGUES 046824829

39 foi vencedora dos itens 07,08,09,10,12,13,23,24,27,29,30,32,33,34,35,47,48 e 51. Valor total R\$ 273.363,00 (duzentos e setenta e três mil trezentos e sessenta e três reais). DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ZANATTA LTDA foi vencedora do item 01,04,22, e 37. Valor total R\$ 39.397,00 (trinta e nove mil trezentos e noventa e sete reais). LORO & SOUZA LTDA. foi vencedora dos itens 02,03,14,15 e 53. Valor total R\$ 68.264,00 (sessenta e oito mil duzentos e sessenta e quatro reais). MANG FOODS LICITAÇÕES EIRELI foi vencedora dos itens 36,52. Valor total R\$ 73.721,50 (setenta e três mil setecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos). RESTAURANTE MEU CANTO LTDA foi vencedora do item 5,06,11,16,17,18,19,20,21,25,26,28,31,38,39,40,41,42,43,44,45,46,49,50 e 54. Valor total R\$ 321.301,00 (trezentos e vinte e um mil trezentos e um reais).

Mangueirinha-PR, 14 de novembro de 2025.
Leandro Dorini – Prefeito.

Prefeitura Municipal de Mameleiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2025

Fundamentado no caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2025, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 2509/2025 – Cód. Verificador: 6ZDP E252.

OBJETO: Contratação da empresa IVG BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ: 36.519.422/0001-15, para aquisição de 2 (dois) ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 3) – TRANSMISSÃO MECANICA, através da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 08/2023/FNDE/MEC, pela Autorização nº 3497/2025 - CGCOM/DIRAD/FNDE, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.

CONTRATADA: IVG BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.519.422/0001-15.

VALOR TOTAL: R\$ 994.304,98 (novecentos e noventa e quatro mil e trezentos e quatro reais e noventa e oito centavos).

Mameleiro, 14 de novembro de 2025.
Jander Luiz Loss
Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

Fundamentado na alínea “II” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2025, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 2518/2025 – Cód. Verificador: FM1 TW42W.

OBJETO: Contratação da empresa SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95, para Formação de Professores em Práticas Musicais na Escola, atendendo as necessidades do Departamento de Educação e Cultura.

CONTRATADA: SARA DO VALE PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.361.876/0001-95.

VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Mameleiro, 14 de novembro de 2025.
Jander Luiz Loss
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2025 – COM ITENS EXCLUSIVOS E COM COTA RESERVADA PARA ME E EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2326/2025

CÓD. VERIFICADOR: 01S5JAQD

MODALIDADE: Registro de Preços.

TIP.O: Menor preço por item.

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e móveis em geral, brinquedoteca, câmara fria, kid play, playground, equipamentos hospitalares, equipamentos e materiais diversos (fona para tatame, tatame, soprador de folhas, tenda e vasos decorativos, etc.), atendendo as necessidades dos Departamentos solicitantes, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08:30 horas do dia 17 de novembro de 2025.

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 04 de dezembro de 2025.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado no link - licitações”.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br, www.mameleiro.pr.gov.br e www.pncp.gov.br.
INFORMAÇÕES: (46) 3525-8100.

Mameleiro, 14 de novembro de 2025.
Jander Luiz Loss
Prefeito

Prefeitura Municipal de Nova Prata

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2025
(Lei nº 14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através da Prefeita Municipal Elizete Cavinati, RATIFICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, tendo em vista o Documento de Formalização da Demanda e demais documentos que compõem o processo de contratação direta via Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº 009/2025, referente ao Pregão Eletrônico Nº 0016/2025 do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, incidindo-se no caso epígrafe o disposto na Lei 14.133 de 2021, art. 74, Caput: “inexigível a licitação quando inviável a competição”.

1. OBJETO
1.1. Aquisição de 08 (oito) Tratores Agrícolas em atendimento ao Termo de Convênio nº 618/2025, celebrado entre o Município de Nova Prata do Iguaçu e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB-PR, através da adesão da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025, referente ao Pregão Eletrônico Nº 0016/2025 do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA.

Descrição do Objeto	Qtdtd	MARCA	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
TRATOR AGRÍCOLA NOVO. ZERO HORA. POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 99 CV E MENOR QUE 120 CV. CABINADO TIPO J.	08 Tratores	NEW HOLLAND / T15.100 PS - CABINADO 4XA - 2025	283.990,00	2.271.920,00

2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO
2.1. O Município de Nova Prata do Iguaçu visando promover investimentos para melhoria da infraestrutura básica, buscando sanar problemas com a falta de equipamentos agrícolas, os quais são de extrema necessidade para a execução de diversas atividades na zona rural, possui programas de aquisição de equipamentos agrícolas, prestação de serviços de mecanização agrícola, assistência técnica e manejo sustentável de utilização desses equipamentos como forma de promover o desenvolvimento agropecuario municipal, em especial a agricultura familiar.

2.2. Nesse sentido, a aquisição de Tratores Agrícolas buscará beneficiar pequenos produtores familiares, promovendo o crescimento e o desenvolvimento do setor agropecuario do município, incrementando máquinas e equipamentos junto a administração municipal e consequentemente otimizando sua capacidade funcional e proporcionando melhorias na produção agrícola local com a maximização do uso do solo e a recuperação de fertilidade de áreas com baixo potencial agrícola, além de incentivar e fortalecer a agricultura familiar.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO.
3.1 O valor total da contratação é de R\$ 2.271.920,00 (Dois milhões, duzentos e setenta e um mil e novecentos e vinte reais).
3.2 Sendo o valor de R\$ 2.271.920,00 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e vinte reais) de contrapartida com recursos próprios do município e o restante oriundo do Termo de Convênio nº 618/2025 - SEAB.

4 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão	09 - Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade	001 - Departamento de Agricultura
Função	20 - Agricultura
Subfunção	0606 - Extensão Rural
Programa	14 - Departamento Agropecuario Forte e Inovador
Atividade	2032 - Máquinas e Equipamentos Agrícolas
Natureza da Despesa	4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Materiais permanentes

5 EMPRESA CONTRATADA: CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA – CNPJ Nº 01.844.555/0023-98.

6. FORMA DE PAGAMENTO
6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento do objeto desta licitação acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

7. PRAZO DE ENTREGA
7.1. O equipamento deverá ser entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

8. VIGÊNCIA DO CONTRATO
8.1. O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério e interesse da Administração Municipal com anulação da contratada e observância da Lei 14.133 de 2021.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 17 de novembro de 2025.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 245/2025
INEXIGIBILIDADE Nº. 034/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 132/2025

CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: CNH Industrial Brasil Ltda – CNPJ Nº 01.844.555/0023-98 - Curitiba – Pr.

OBJETO: Aquisição de 08 (oito) Tratores Agrícolas em atendimento ao Termo de Convênio nº 618/2025, celebrado entre o Município de Nova Prata do Iguaçu e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB-PR, através da adesão da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025, referente ao Pregão Eletrônico Nº 0016/2025 do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA.

VALOR: R\$ 2.271.920,00 (dois milhões, duzentos e setenta e um mil e novecentos e vinte reais)

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 09 - Secretaria Municipal de Agricultura, 001 - Departamento de Agricultura, 20.0606.14.2032 Máquinas e Equipamentos Agrícolas, 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Materiais permanentes

PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após o recebimento do bem e emissão da Nota Fiscal.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 17 de novembro de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 018/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2025

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 11.019,41m2, incluindo serviços preliminares, base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

Trechos:
- Rua Jurez Heinkel (entre Rua Palm eiras e Rua Otacilio Rodrigues)
- Rua Otavio Rocha (entre Rua Palmeiras e Rua Otacilio Rodrigues)

- Rua Laurindo Correia Passos (entre Rua Otacilio Rodrigues Vandr Rech)

- Rua Vandr Rech (entre Rua Otacilio Rodrigues e Final do trecho Urbano)

- Rua Andre Giotti (entre Rua Julho de castilho e Final do Perimetro Urbano)

- Rua Julho de Castilho (entre Rua Julho de castilho e Angelo Dalberto)

DOTAÇÃO: 08 Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, 003 Departamento de Obras; 0015.0452.0011.1-007 Pavimentação e Recape de Vias; 44.90.51.00.00 Obras e Instalações.

DATA DA REALIZAÇÃO: 12/12/2025.

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09:00 horas.

HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO: das 08:00horas até 08horas e 50minutos de 12/12/2025.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.

Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site www.npi.pr.gov.br, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 17 de novembro de 2025.
ELIZETE CAVAZIN – Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2025 (90063/2025 – COMPRAS.GOV. BR)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado via WEB on-line real time, com utilização de sistema de gerenciamento da manutenção preventiva/corretiva da frota com utilização de etiqueta denominada TAG com tecnologia RFID/NFC em estabelecimentos credenciados, destinado a manutenção corretiva e preventiva da frota municipal, compreendendo: mecânica, funilaria, pintura, tapeçaria, lavagem, higienização, serviços elétricos, serviço de guincho, prancha para o transporte de máquinas pesadas, serviços de borracharia, alinhamento e balanceamento, chaveiro, fornecimento e substituição de óleo, lubrificantes, pneus, peças, acessórios, locação de máquinas e ferramentas e demais insumos necessários a manutenção de veículos, maquinários e equipamentos pertencentes da Frota de Veículos leves, médios, pesados e Máquinas Pesadas/Agrícolas/Rodoviárias e Motor Gerador de Energia, da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu- PR.

DATA DA REALIZAÇÃO: 10/12/2025.

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.

www.comprasgovernamentais.gov.br

Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site www.npi.pr.gov.br, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 14 de novembro de 2025.
ELIZETE CAVAZIN – Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Renascença

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2025-PMR

CONTRATANTE: Município de Renascença, Estado do Paraná, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, cidade de Renascença, estado do Paraná, inscrito no CGC/MF nº 76.205.681/0001-96, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. Fabieli Manfredi, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.833.578-1 e do CPF/MF nº 066.323.599-57, e

CONTRATADA: CONSTRUTORA DO KESNE LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE SOCIAL COM A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA; FUNDAÇÕES; ESTRUTURAS; ALVENARIA, DIVISÓRIAS, MUIROS E FECHOS; COBERTURA; ESQUADRIAS, ACESSÓRIOS, VIDROS E ESPELHOS; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, SISTEMAS DE PROTEÇÃO E VENTILAÇÃO; INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS, GÁS-GLP, INCÊNDIO E APARELHOS; REVESTIMENTOS DE PAREDES E PISOS, IMPERMEABILIZAÇÕES, PINTURAS E ARGAMASSAS; PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO, PAISAGISMO E EQUIPAMENTOS EXTERNOS; DIVERSOS (LIMPEZA, ENSAIO TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS) E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES EM PROJETO.

VALOR: R\$ 1.965.000,00 (um milhão noventa e sessenta e cinco mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 (duzentos e setenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 (quinhentos e quarenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de novembro de 2025.

FORO: Comarca de Mameleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 17 de novembro de 2025
Fabiele Manfredi
Prefeita Municipal.